

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE - SUDENE**

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE**

**AS GRANDES TENDÊNCIAS DA ECONOMIA E DO
MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE NAS DUAS
ÚLTIMAS DÉCADAS**

RELATÓRIO FINAL

**Recife
Fevereiro, 1999**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
1. DINAMICA ECONOMICA	9
2. EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO EMPREGO	15
3. A INFORMALIZAÇÃO	20
4. A EVOLUÇÃO SETORIAL	30
5. O EMPREGO NO SETOR ORGANIZADO OU FORMAL	34
5.1 O CORTE SETORIAL DO SEGMENTO ORGANIZADO	33
5.2 TAMANHO DO ESTABELECIMENTO E A QUALIDADE DO EMPREGO	48
PRINCIPAIS RESULTADOS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nas Décadas Recentes (1970-96)	10
TABELA 2 Nordeste: Taxa de Crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (Fbkf), Segundo os Setores Público e Privado (1970-95)	11
GRÁFICO 1 Nordeste: Evolução do Produto e do Emprego Total 1979/96 (1979=100)	17
TABELA 3 Nordeste: Crescimento Anual (%) do Produto, do Emprego e da Produtividade 1979-96	19
GRÁFICO 2 Nordeste: Emprego Urbano Organizado (Rais) Sobre Emprego Urbano Total (Pnad)1979-95	22
TABELA 4 Nordeste: Emprego Urbano Total e Emprego Formal - 1979-95 1979 = 100	23
TABELA 5 Nordeste: Emprego Total Urbano e Emprego Formal Urbano nos Anos 1979 e 1995 (em 1.000 pessoas)	26
GRÁFICO 3 Nordeste: Emprego com carteira assinada sobre emprego urbano total (%)	28
TABELA 6 Nordeste: Participação do Emprego Segundo os Setores Produtivo 1979-96 (%)	31
TABELA 7 Nordeste: Pessoas Ocupadas no Setor Organizado - 1986-96 (valores absolutos)	36
TABELA 8 Nordeste: Pessoas Ocupadas no Setor Organizado 1986-96 (%)	36
TABELA 9 Nordeste: Pessoas Ocupadas no Setor Organizado 1986-96 (1986=100)	37
TABELA 10 Nordeste: Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação - 1986-96	39

(valores absolutos)	
TABELA 11 Nordeste: Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação - 1986-96 (%)	41
TABELA 12 Nordeste: Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação - 1986-96 (1986=100)	41
TABELA 13 Nordeste: Pessoas Ocupadas nas Atividades Comerciais e nos Serviços - 1986-96 (valores absolutos)	45
TABELA 14 Nordeste: Pessoas Ocupadas nas Atividades Comerciais e nos Serviços - 1986-96 (1986=100)	45
TABELA 15 Nordeste: Pessoas Ocupadas nas Atividades Comerciais e nos Serviços - 1986-96 (%)	46
TABELA 16 Nordeste: Emprego no Setor Organizado Segundo Tamanho do Estabelecimento 1986-95 - (Em 1000 pessoas)	48
TABELA 17 Nordeste: Emprego no Setor Organizado Segundo Tamanho do Estabelecimento 1986-95 (1986=100)	49
GRÁFICO 4 Nordeste: Nível de emprego segundo tamanho dos estabelecimentos (1986+100)	49
TABELA 18 Nordeste: Emprego no Setor Organizado Segundo Tamanho dos Estabelecimentos - 1986-95 (%)	50
TABELA 19 Nordeste: Remuneração Média Relativa das Pessoas Ocupadas Segundo Tamanho dos Estabelecimentos 1986-95	53
TABELA 20 Nordeste: Grau de Instrução das Pessoas Ocupadas no Setor Organizado Segundo Tamanho dos Estabelecimentos - 1986-95	55
TABELA 21 Nordeste: Taxa de Sobrevivência do Emprego Segundo Tamanho do Estabelecimento - 1986-95	60

APRESENTAÇÃO

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, desenvolveram o relatório final da Pesquisa sobre Empregos e Renda na Região do Nordeste intitulado “*As grandes tendências da economia e do mercado de trabalho no nordeste das últimas duas décadas*”, referente ao Convênio DPO 021-97.

O convênio tem como objetivo central realizar simultaneamente uma avaliação e levantamento das políticas de geração de trabalho e renda nos estados nordestinos e uma análise das tendências mais gerais do mercado de trabalho anos 80 e 90.

Para atender esta finalidade o presente relatório foi estruturado em cinco tópicos. O primeiro refere-se á *Dinâmica Econômica*, relacionada com a evolução, nas referidas décadas, da dinâmica da economia regional, que tem como finalidade apresentar um contexto no interior do qual se situa, no período de análise, o mercado de trabalho da região.

A segunda parte do relatório, *Evolução do Produto e do Emprego* estabelece uma comparação entre o comportamento do produto e do nível de produção com o nível de emprego, procurando explicitar, desta maneira, o comportamento do mercado de trabalho, em suas linhas gerais, no interior da evolução da economia.

A terceira parte, *A Informalização*, tem como objetivo o estudo específico do mercado de trabalho através de vários cortes que permita identificar sua dinâmica e seus traços mais relevantes, considerando-se o emprego de modo mais amplo, levando-se em conta tanto as relações de trabalho informais como formais ou organizadas.

A quarta parte, *Evolução Setorial* trata especificamente do mercado de trabalho formal ou organizado, que constitui, no fundo, o núcleo central produtor de bens e serviços da economia da região.

E por fim, o estudo termina com uma breve síntese a respeito das constatações consideradas mais relevantes e o estabelecimento de algumas relações entre as conclusões do diagnóstico e das políticas em curso relacionadas com o mercado de trabalho e examinadas, com maior detalhe, nos tópicos anteriormente apresentados nesse trabalho.

INTRODUÇÃO¹

O exame das grandes tendências recentes da economia e do mercado de trabalho no Nordeste é parte de uma pesquisa mais ampla realizada pelo DIEESE e com o apoio institucional e financeiro da SUDENE. Tem como objetivo realizar simultaneamente uma avaliação e levantamento das políticas de geração de emprego e renda nos estados nordestinos e uma análise das tendências mais gerais do mercado de trabalho nos anos 80 e 90.

A rigor uma definição do setor *informal* deveria considerar entre suas características básicas, a exemplo do que discute Cristina Cacciamali, em um dos seus trabalhos a respeito da questão (Cacciamali, 1984), uma forma de organização da produção na qual a sua base de sustentação não é o trabalho assalariado, mas está constituída, basicamente, por trabalhadores por conta própria, ou como unidade de trabalho familiar com ajuda ocasional de ajudantes e que tem entre seus objetivos básicos a sobrevivência do grupo e não o cálculo econômico fundamentado numa taxa de retorno a partir dos recursos investidos na unidade de produção. Além disto, nesta forma de organização da produção, moldada aos movimentos mais gerais da produção capitalista e a ela subordinada, inclusive no seu restrito espaço econômico, o produtor direto, envolvido diretamente no processo produtivo como trabalhador, é, também, proprietários dos meios de produção².

Não obstante a concepção do informal como segmento diferenciado e particular, integrado e subordinado a formas especificamente capitalistas de organização da produção, no tratamento das informações apresentadas posteriormente, dada a impossibilidade de separar, nos dados sobre população ocupada, o que era emprego formal ou informal, a partir

¹ O presente relatório foi elaborado pelo Consultor Leonardo Guimarães Neto.

² “A produção informal é entendida aqui como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para o seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas” (Cacciamali, 1984, cap. 2).

de uma concepção como a estabelecida anteriormente, optou-se por formas mais operacionais e menos exatas, com a preocupação de ressaltar aspecto relevante dos processos atuais no mercado de trabalho regional, como o da *informalização*. Neste particular, foram feitos alguns cortes, ora comparando informações de fontes distintas, ora categorias de posição na ocupação que mostrassem tendências consideradas relevantes, neste particular. Assim a *informalização*, quando está presente, tem mais a ver com a incapacidade do setor organizado ou institucionalizada da economia - o núcleo básico da produção de bens e serviços - de seguir absorvendo a força de trabalho através de relações de trabalho que obedece às normas gerais estabelecidas no país, do que com a expansão do setor informal, definido com rigor na forma anteriormente comentada. Apesar dessas menores precisões, como se verá mais à frente, o processo de expansão das relações informais tem uma grande relevância para a compreensão do que se passa no mercado de trabalho do país e da região.

A base dos dados está constituída por informações secundárias, produzidas por entidades governamentais, sobretudo o IBGE e o Ministério do Trabalho. Relativamente ao IBGE, foram usados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em particular as informações relativas à mão-de-obra. A respeito dessas informações é importante destacar que mudanças ocorridas nos procedimentos operacionais e nas classificações adotadas tornaram difícil, ou mesmo impossível, a comparação, na série de anos adotada, de algumas categorias usadas na pesquisa. Isto é comentado no decorrer do trabalho. Outra fonte de dado usada do IBGE é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que tem um papel complementar, por referir-se somente a duas regiões metropolitanas do Nordeste (a do Recife e de Salvador). No que se refere aos dados do Ministério do Trabalho, optou-se pelo uso das informações da Rais (Relação Anual de Indicadores Sociais), que se refere ao setor organizado da economia e deverá ser intensamente utilizada no trabalho. Em algumas oportunidades, como se verá, foi necessária a montagem de uma série maior de dados, que a contida nos levantamentos recentes da Rais, usando os dados anteriores do Ministério elaborados através de procedimentos de *painéis fixos*. Esses dados

foram utilizados complementarmente na medida em que se tornou necessário explicitar as tendências mais longas da evolução do emprego neste setor organizado.

1 - A DINÂMICA ECONÔMICA

Antes de se descer ao exame específico do mercado de trabalho regional ou mais particularmente, ao estudo do nível de emprego, considera-se conveniente explicitar os traços mais gerais da dinâmica da economia, com base nos agregados macroeconômicos mais conhecidos e disponíveis. Para melhor compreender o período de análise, neste particular, considerou-se conveniente voltar um pouco no tempo, procurando levar em conta o contexto no qual se situa o período de análise, que, como se assinalou, abrange os anos 80 e 90.

Em termos gerais cabe destacar que os anos 80 e 90, comparativamente com as décadas anteriores, se caracterizam por uma desaceleração da economia regional. Esta, na década de 70, por exemplo, acompanhou de perto da economia brasileira, que como se sabe, registrou uma das maiores taxas de crescimento na década, tanto durante a fase expansiva do ciclo econômico, a do “milagre econômico”, como na fase da desaceleração na segunda metade dos anos 70.

Os dados do produto interno mostram com clareza este fato. Se entre 1970 e 1980 a taxa de expansão do produto interno total foi de 8,6% ao ano para o Brasil em seu conjunto (6% do produto por habitante), para o Nordeste a taxa registrada para o produto interno total foi 8,7% ao ano e a de expansão do produto per capital foi mais do que a do país (6,5%). Vale o registro de que tendo crescido menos na primeira metade da década que o Brasil, o Nordeste registra uma desaceleração menor na sua segunda metade, do que resulta, em média, um crescimento similar, no conjunto dos anos considerados (Tabela 1).

TABELA 1
Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento do Produto
Interno Bruto (PIB) nas Décadas Recentes
(1970-96)

País e Região	Pib-total	Pib per capita
Nordeste		
1970-1980	8,7	6,5
1980-1990	3,3	1,3
1990-1996	2,8	1,4
Brasil		
1970-1980	8,6	6,0
1980-1990	1,6	(-)0,4
1990-1996	2,7	1,3

Fonte: SUDENE - Boletim Conjuntural

Este dinamismo não teve prosseguimento nos anos 80, tanto no país como na região. A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, associada ao grande endividamento externo que foi amplamente utilizada para financiar parte dos investimentos que garantiram o dinamismo na segunda metade dos anos 70, está, juntamente com outros fatores, associados à desaceleração que a economia brasileira passa a viver a partir da década seguinte.

Não cabe aqui examinar as causas ou os determinantes desse movimento cíclico da economia nacional, mas é importante registrar que, dado o nível de integração inter-regional do país na altura dos anos 70 e 80, todas as regiões brasileiras, inclusive o Nordeste, passaram a apresentar a mesma dinâmica, expandindo-se quando a economia nacional, em seu conjunto, se expandia, e desacelerando-se quando esta se desacelerava. É evidente que no interior desta configuração mais geral encontravam-se diferentes taxas de crescimento, que, no fundo, explicam os momentos de concentração - que tendem a ocorrer nas fases expansivas do ciclo - e de desconcentração espacial - mais freqüente nas fases de desaceleração (Guimarães Neto, 1995 - regiões e comportamento cíclico).

Este movimento da economia regional é perceptível e encontra grande parte da sua explicação no comportamento da formação de capital na região. Os dados produzidos pela SUDENE, neste particular, mostram que a formação bruta de capital fixo, tanto para o setor privado como para o setor público, registra a mesma dinâmica, nas décadas anteriormente consideradas. Na tabela 2 são apresentados os dados mais relevantes, a respeito.

TABELA 2
Nordeste: Taxa de Crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (Fbkf),
Segundo os Setores Público e Privado
(1970-95)

Período	Total	Público	Privado	Fbkf/Pib
1970-80	10,2	9,6	10,6	26,8
1980-90	1,6	3,1	0,3	20,5
1990-95	(-)1,7	(-)6,3	2,4	16,9

Fonte: SUDENE - Boletim Conjuntural

O que se constata é uma expansão acelerada dos investimentos, tanto público como privados nos anos 70, que é seguida por uma desaceleração nos anos 80 e 90. Esta desaceleração ocorre com maior intensidade no setor público, associada em grande parte à crise fiscal e financeira do Estado brasileiro antes mencionada, do que no setor privado, que não chega a registrar taxas negativas nos sub-períodos considerados. Vale o destaque para os dados da última coluna da tabela que registram o coeficiente de investimento da economia regional (relação percentual entre a formação bruta de capital fixo e o produto interno), que traduz a capacidade de investimento da economia. Como se pode observar na tabela 2, depois de alcançar 26,8%, como média, nos anos 1970-80 (registre-se que em alguns anos isolados e período mais curtos alcançou-se a cifra de 30%), a capacidade de investir da economia registra um declínio significativo, alcançando, em 1990-95 a cifra de 16,9%, ou seja, um declínio de aproximadamente 10%. Não foi diferente o comportamento da economia nacional, neste particular.

Num exame dos traços mais gerais da evolução setorial da economia regional, fica patente a vulnerabilidade do setor agrícola, comparativamente aos demais setores. Os dados

da SUDENE a respeito do produto da agropecuária nordestina mostram a instabilidade do nível de produção que reflete esta vulnerabilidade e mostra a sua incapacidade de contribuir, significativamente, para absorção da força de trabalho da região. Agregue-se a isto a perda de posição relativa do setor no produto regional.

De fato, um exame sumário da evolução das taxas anuais de crescimento do setor agropecuário nordestino revela não só a grande freqüência de taxas anuais negativas do produto como o fato de que tais taxas são extremamente significativas. Assim, em anos de grande seca, como em 1970 o declínio registrado foi de -17,5% no produto interno do setor. Em 1983, por exemplo, seu declínio foi de -29,7%, em 1987 de -17%, em 1990 de -11,7%, em 1993 de -29,7%. Disto resulta um permanente esforço de restauração do nível de produção do setor que, em conseqüência, expande-se menos que os demais. Neste particular, se entre 1960 e 1996 o setor agropecuário nordestino conseguiu duplicar o seu nível de produção, o setor industrial multiplicou o seu produto por 6,6 vezes e o setor dos serviços por 9,1. Daí resulta que o produto interno bruto do setor agropecuário que participava com 30,5% do total em 1960 alcança a participação de 12,4% em 1996, de acordo com dados preliminares da SUDENE.

O que se assinalou anteriormente tem uma importância muito grande para a questão do emprego na região pelo fato de que o setor agropecuário nordestino ocupa, ainda, parte significativa da força de trabalho regional, a ponto de, no total do Brasil, a população e a ocupação rural no Nordeste representar, praticamente, a metade da população e da ocupação rural brasileiras, respectivamente. A este fato estrutural devem-se acrescentar aspectos mais ligados à desaceleração da economia regional, que vem caracterizando a sua evolução recente.

Do exposto, tentando fazer a relação com o mercado de trabalho, o que é digno de destaque é que a economia regional - juntamente com a nacional - não consegue ultrapassar as taxas medíocres de crescimento, tanto nos anos 80 como 90, comparativamente com as

taxas que registrara nos anos 70. Este fato, em si, representa impacto negativo sobre o mercado de trabalho, em particular para o nível de emprego, dada a incapacidade da economia estagnada (ou que registra reduzidas taxas de crescimento) para absorver a parcela da população que entra no mercado de trabalho e não encontra ocupação produtiva ou a que já se encontrava em situação de desemprego ou subemprego em suas diversas formas.

Ao lado do dinamismo maior ou menor da economia e suas relações com o nível de emprego, é importante considerar alguns outros aspectos que não estão diretamente associados a este fato, mas que têm, nos anos recentes, criado impactos consideráveis sobre o mercado de trabalho regional (e certamente nacional).

Não se pode omitir, neste particular, o fato de que esta desaceleração ou estagnação do país se verifica, simultaneamente, com a abertura da economia nacional a partir do início dos anos 90, o que desencadeou, em todas as regiões brasileiras, entre elas o Nordeste, um conjunto de conseqüências com repercussões significativas sobre a capacidade de absorver a sua força de trabalho em atividades produtivas. O acirramento da competição internacional alcançou importantes atividades produtivas, que protegidas anteriormente num mercado interno fechado, conseguiam não só gerar diretamente empregos produtivos, mas, através do desenvolvimento de cadeias produtivas, sobretudo a partir da substituição crescente de importações - que foi o 'modelo' historicamente seguido no Brasil no seu processo de industrialização - produzir impactos positivos sobre as demais atividades, dando lugar a novas ondas de empregos indiretos. Desta maior competição não só decorreu, em grande parte, o desaparecimento de atividades econômicas que adotavam processos produtivos menos eficientes e que, por tal razão não se encontravam em condição de concorrer num mercado mais aberto à competição internacional, como provocou uma grande mudança de comportamento da parte de muitas empresas de vários setores, no sentido de reestruturação produtiva ou organizacional, visando competir melhor no mercado interno e externo.

Esta reestruturação tomou várias facetas. De um lado, a adoção de novos processos produtivos através da aquisição de novas máquinas e equipamento que incorporam as novas tecnologias já adotadas a nível internacional. De outro lado, a incorporação de novas formas de organização, de gestão ou administração das empresas, em suas várias dimensões (recursos humanos, material, leque de produtos, formas de controles) que, geralmente, trazem implicações negativas sobre os níveis de emprego. Além disso, vale fazer referência à busca de maior competição através da importação de matérias primas, de componentes ou de partes e peças de produtos finais, em vários segmentos industriais, do que resultou a quebra da cadeia produtiva criada e alimentada pelo processo anterior de substituição de importação. O impacto sobre o emprego foi sem dúvida relevante, sobretudo no setor da indústria (notadamente indústria metal-mecânica e eletrônica), mas não somente nele (Carleial e Valle, 1997; Britto, 1997, Oliveira e Guimarães Neto, 1997; Cerqueira e Amorim, 1997; Pires, 1997).

Não se pode omitir, também, na compreensão da evolução do mercado de trabalho neste período recente, as repercussões das políticas macroeconômicas adotadas, notadamente as de estabilização, tanto aquelas malsucedidas e frustradas, como a mais recente consubstanciada no Plano Real. No que se refere às primeiras, vale o registro de que as mudanças freqüentes de regras econômicas, com quebras de contratos e até seqüestro de ativo financeiros (como do plano de estabilização da administração Collor) e o caráter cada vez mais ortodoxo que tenderam a tomar tais experiências, repercutiram negativamente sobre expectativa dos investidores e sobre a expansão da economia - com exceção do Plano Cruzado, no seu início - e, em conseqüência, sobre o nível de ocupação. No que se refere ao Plano Real, de todas as experiências a de maior sucesso no que se refere, em particular, à estabilização dos preços, seu impacto sobre o nível de atividade tem-se mostrado negativo, em razão, entre outros fatores, das altas taxas de juros praticadas - que repercute negativamente no endividamento público e na sua capacidade de investir e no desestímulo ao investidor privado - e da valorização da moeda nacional, com impactos negativos sobre o dinamismo das exportações brasileiras e sobre a produção interna dada a

presença cada vez maior, no mercado interno, da produção importada. A instabilidade das economias asiáticas, em período recente, tornou clara a fragilidade da economia nacional e da política macroeconômica da estabilização, que tem seu suporte básico em altas taxas de juros, na dependência de capitais externos e na valorização cambial.

É neste quadro de grande complexidade que ocorrem alterações significativas nas relações de emprego nas economias regionais brasileiras, com impactos diferenciados que decorrem das diferenças nas suas estruturas produtivas, do grau maior ou menor de exposição à competição internacional, da profundidade do grau de abertura promovido pela política econômica e pela maior ou menor fragilidade ou capacidade de competição das atividades econômicas regionais.

A seguir, através do confronto entre o nível de atividade da economia e o nível de emprego procura-se identificar alguns traços gerais e importantes na evolução da economia regional.

2. EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO EMPREGO

Através do gráfico 1 - que adota como ano base o de 1979 (= 100) - pode-se identificar alguns aspectos que ajudam a entender as relações entre o produto e o emprego na economia regional no período recente. As informações sobre essas variáveis mostram que podem ser identificadas algumas fases distintas nessa relação que ajudam a caracterizar o período considerado:

- a) num primeiro momento, que vai de 1979 a 1989, verifica-se que o produto registra um crescimento maior que o emprego, com uma sub-fase em que se aproxima do nível de emprego, sobretudo nos anos mais críticos de 1982, 1983 e 1984 e, com sub-fase na qual ocorre uma distância maior, a exemplo da que

vai de 1985 a 1989; vale lembrar que em 1986 ocorre a experiência do Plano Cruzado que significou, em determinado momento, um grande e momentâneo impulso a uma economia que vinha já mostrando sinais de recuperação em 1985;

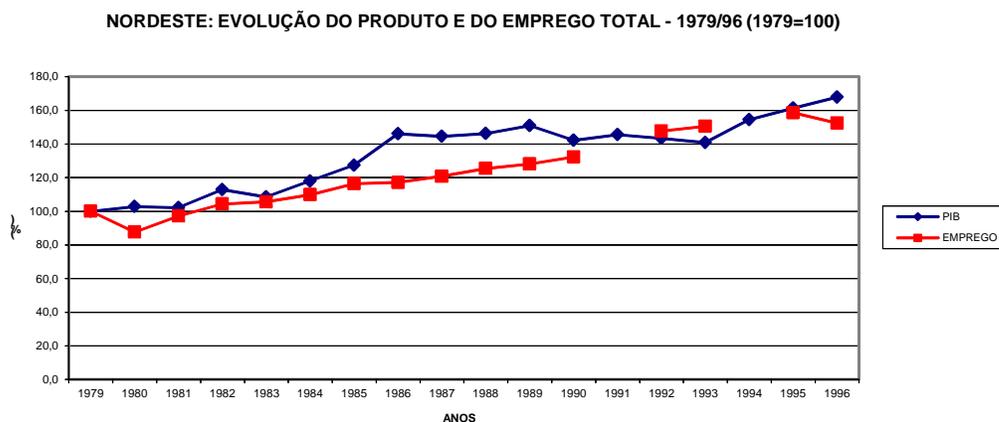
- b) a partir de então, no início dos anos 90, o crescimento do produto passa a ser menor que o do emprego, ocorrendo o retorno do crescimento do produto a partir de 1994, somente superando o crescimento do emprego em 1995; neste período 1990-95 convém ressaltar a presença de dois planos de estabilização: o Plano Collor, com seu efeito devastador sobre os níveis de atividade econômica, e o Plano Real que, no seu início, possibilita um impulso significativo sobre o crescimento do produto;
- c) finalmente, a partir de 1995 os dados revelam ainda a continuidade do crescimento do produto da economia regional - não obstante as medidas restritivas tomadas a nível federal pelas autoridades econômicas assustadas com a ameaça que uma demanda crescente poderia trazer para a estabilidade econômica - e o que é inédito na série de dados de emprego nos anos 80 e 90, um declínio, em termos absolutos, da ocupação registrada a partir dos levantamentos da Pnad.

Isto significa dizer: (i) que entre 1979 e 1989-90 o produto e o emprego seguem a mesma trajetória ascendente com o produto expandindo-se mais que o emprego, não obstante o declínio de 1980 que será comentado a seguir; note-se que a partir na segunda metade da década de 80 ocorre um descolamento entre a trajetória das duas variáveis, com o produto permanecendo num mesmo patamar mais alto até 1989, (ii) em seguida, passa a ser superado pelo nível de emprego, voltando a superá-lo no último ano da série.

Por trás desse comportamento errático está a instabilidade da economia e sua impossibilidade de se expandir de modo consistente, salvo através de um movimento caracterizado por pequenos ciclos, com suas fases expansivas e depressivas, nas quais é

nítida a influência dos planos de estabilização dos mais variados cortes teóricos. À influência positiva sobre a expansão econômica do Plano Cruzado em 1986 se contrapõe sua influência negativa nos anos seguintes, quando o fracasso dessa experiência de estabilização ficou mais evidente. O Plano Collor de estabilização, baseado na asfixia da economia a partir do seqüestro dos ativos financeiros, puxa para um patamar mais baixo a economia que somente volta a crescer quando da vigência do Plano Real, em particular da sua fase inicial quando a estabilização, nos primeiros momentos, exerce um impacto positivo sobre a demanda. Esta, como é sabido, passa a ser contida a partir de 1996, quando as autoridades econômicas, como se fez referência, passam a temer que a intensidade do seu crescimento e sua pressão sobre a atividade produtiva comprometa a estabilidade dos preços e o equilíbrio das contas públicas e externas.

GRÁFICO 1



Fonte: para o PIB, SUDENE; para o emprego, IBGE - PNAD

É surpreendente, no entanto, que o nível de emprego siga, a partir de 1981, pelo menos (3), uma trajetória ascendente, somente interrompida, segundo dados da PNAD, em

³ O nível de emprego de 1980, apresentado no gráfico, foi extraído do censo demográfico e não da PNAD. Existem problemas na comparação entre as duas fontes, relativamente aos níveis de ocupação.

1996. O que é importante registrar, adiantando algumas constatações desenvolvidas posteriormente, é que parte importante desse crescimento pode ser atribuída à capacidade de absorção do setor informal. Este, de fato, não obstante a dimensão que tradicionalmente tem na economia urbana nordestina, notadamente nos centros demográficos de maior dimensão (capitais de estado e regiões metropolitanas), parece ter-se expandido nos anos recentes, como se discutirá mais adiante. No momento vale registrar que a perda de produtividade em algumas fases mostradas através do gráfico 1 sugere a maior expansão de empregos menos produtivo, provavelmente através do aumento da informalidade.

Vale aqui acrescentar que as duas variáveis analisadas na região - produto e emprego total - não foram influenciadas, nos anos considerados, apenas pelos sucessivos planos de estabilização. O processo inflacionário intenso, em vários momentos beirando a hiperinflação, o processo de abertura econômica e o impacto da concorrência dela decorrente, além de ocorrência de secas que distingue o comportamento da economia nordestina do restante das economias regionais do país, estão presentes nessa década e meia na região.

A comparação das taxas de crescimento do produto e do emprego ajuda a compreender melhor o que se passou na economia nordestina nos anos considerados. Na tabela 3 são apresentados os dados mais relevantes a este respeito, considerando a divisão dos anos da série nos períodos considerados.

TABELA 3

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

18

Convênio 021-97 – SUDENE / DIEESE

**Nordeste: Crescimento Anual (%) do Produto, do Emprego e da Produtividade
1979-96**

Períodos	Produto	Emprego	Produtividade ⁴
1979-96	3,1	2,5	0,59
1979-89	4,2	2,5	1,66
1989-95	1,1	3,6	-2,41
1995-96	3,7	-3,9	7,91

Fonte: PIB, SUDENE; IBGE - PNAD

A estimativa da produtividade, calculada a partir dos procedimentos antes mencionado, constitui, seguramente, uma aproximação da realidade. Isto se deve ao fato de considerar o produto total, que foi estimado a partir de estatísticas disponíveis sobre a produção, originárias do setor formal, dividido pelo emprego tanto formal como informal, obtido a partir de informações da PNAD, como foi mencionado. De qualquer forma, embora se reconheça que o ideal seria trabalhar no denominador com os dados de emprego formal, o fato é que as relações estabelecidas constituem uma indicação da trajetória da produtividade total da economia regional no período, que se pretende discutir nestes itens iniciais do trabalho.

As constatações mais relevantes a partir da tabela 3 são as seguintes:

- a) no período que vai de 1979 a 1996, a produtividade praticamente não cresceu na economia nordestina (taxa de 0,59% ano), uma vez que ao crescimento anual de 3,1% do produto correspondeu o crescimento de 2,5% ao ano do emprego⁵;
- b) a desagregação, nas fases consideradas anteriormente quando da análise do gráfico 1, mostra que os anos 80 revelam, neste período total de quase

⁴ A taxa anual de crescimento da produtividade foi obtida a partir da seguinte relação estabelecida entre as variáveis antes consideradas: $t_{\text{produtiv}} = 1 + t_{\text{pib}} / 1 + t_{\text{emp}}$, na qual t_{produtiv} = taxa de crescimento da produtividade, t_{pib} = taxa de crescimento do produto interno bruto, t_{emp} = taxa de crescimento do emprego.

⁵ Quando se considera a mesma relação para a década de 70, o produto apresentou uma taxa anual de 8,7% e a população economicamente ativa, registrada pelos censos demográficos, uma taxa de crescimento de 3,2% ao ano, do que decorre um aumento da produtividade, na concepção anteriormente considerada, de 5,3%, bem maior que o dos anos 1979-96, como se fez referência, de apenas 0,59% ao ano.

estagnação (1979-96), um relativo dinamismo da economia (crescimento de 4,2%) o que possibilita um crescimento de 1,66% da produtividade por ano, três vezes maior que a medíocre taxa de produtividade do total dos anos considerados;

- c) na fase seguinte (1989-95), o que se constata é um crescimento extremamente reduzido do produto de aproximadamente 1,1% ao ano que, confrontado com uma expansão anual do nível de emprego de 3,6%, dá lugar a um decréscimo da produtividade a uma taxa anual de -2,41% ao ano; essa, como se assinalou anteriormente, é a fase mais crítica do período que associa uma desastrosa experiência de estabilização, com uma abrupta abertura econômica e a retomada de um intenso processo inflacionário, somente estancada a partir de 1994, com o plano real;
- d) a passagem do ano 1995 para o de 1996 mostra o inusitado de um crescimento da produtividade de 7,91% ao ano que decorreu muito mais de um decréscimo do emprego de cerca de -3,9% do que de um crescimento do produto (3,7%).

Este é o cenário no interior do qual deverão ocorrer as transformações que se pretende analisar a seguir. Antes é importante examinar a questão da *informalização* do emprego na região.

3. A INFORMALIZAÇÃO

O exame desta questão será considerado a partir de três procedimentos. Um primeiro, através do confronto entre os dados totais do nível de emprego urbano da Pnad, já utilizados anteriormente e que em tese abrange tanto o setor formal como informal, com os dados da Rais para os setores predominantemente urbanos que, em tese, cobrem apenas o emprego formal e organizado. Um segundo, mais precário, tendo em vista mudanças na

metodologia da Pnad, que considera a participação dos assalariados e de outras categorias de pessoas que trabalham no setor formal no total do emprego gerado na economia (total do levantamento da Pnad). Finalmente, um terceiro procedimento, mais restritos a duas regiões metropolitanas regionais, baseado na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que confronta, a exemplo do procedimento anterior, os trabalhadores assalariados e outras categorias mais próximas do trabalho formal, com o total de pessoas empregadas (total da PME).

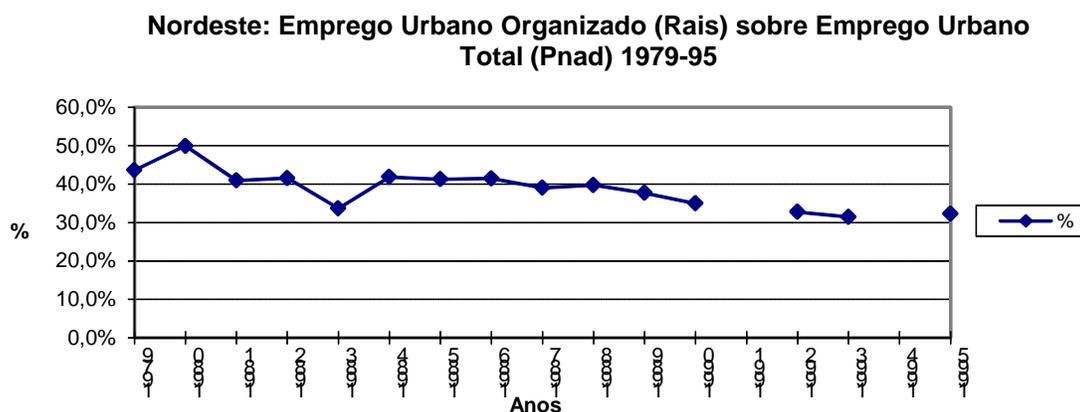
O primeiro procedimento parte do pressuposto de que pela sua abrangência e por tratar-se de uma pesquisa domiciliar, o levantamento realizado pela Pnad cobre a totalidade do nível de emprego gerado na região, seja aquele estabelecido a partir de relações de trabalho formal, empresas organizadas e que contratam os trabalhadores a partir de relações institucionalizadas de trabalho (carteira assinada, por exemplo), seja aquele vinculado aos serviços, comércio, atividade de transformação industrial, construção civil e outras, exercidas por unidade de produção não registrada formalmente e que contratam trabalhadores sem considerar sua cobertura previdenciária ou as leis trabalhistas, de modo mais amplo. Em contrapartida, admite-se que o emprego registrado pela Rais seria representativo da ocupação contratada a partir de relações formais, obedecendo a todos os requisitos da legislação relativa a este tipo de contrato. O confronto entre as duas variáveis mostra, portanto, se a evolução ocorrida mostra uma tendência ao aumento da informalidade ou não.

Uma primeira análise poderia se feita a partir da trajetória das duas variáveis. Para isto, por exemplo, partindo de um determinado ano considerado com base, fazendo-se os valores, neste ponto de partida, igual a 100, examina-se as duas trajetórias: a do emprego total e a do formal. Uma segunda seria confrontar os valores absolutos das variáveis ou o percentual, por exemplo, do formal relativamente ao emprego total.

Começando pelo exame da comparação do emprego urbano total (dos setores secundário e terciário), o que se fez foi verificar a partir de 1979 a evolução do emprego

registrado pela Rais, do Ministério do Trabalho, através da relação (percentual) com o emprego registrado nos levantamento da Pnad, do IBGE⁶. O gráfico 2 apresenta esta relação, que revela um declínio sistemático do emprego organizado, relativamente ao emprego urbano total, que cobre os dois segmentos do mercado de trabalho, o formal e o informal.

GRÁFICO 2



Fonte: IBGE - Pnad e Ministério do Trabalho - Rais.

Tendo em vista que a informalidade é um fenômeno que se manifesta, mais claramente, nas atividades urbanas, em lugar de considerar-se a totalidade do emprego da Pnad e da Rais, levou-se em conta o emprego nas atividades urbanas, isto é, na indústria (transformação e construção civil) e no terciário (comércio, armazenagem, transporte, administração pública, serviços coletivos, serviços pessoais, etc.). Os dados, como se fez referência, revelam uma redução do emprego organizado sobre o emprego total do meio urbano, com intensidade variada em diferentes períodos. Vale destacar a intensidade dessa

⁶ Existem duas série de dados sobre o emprego da Rais. Uma primeira consta do *painel* fixo, que tem início em 1979 e termina em 1992. Uma segunda série de dados, mais recentemente difundida pelo Ministério do Trabalho, com base no estoque de emprego no final de cada ano, tem início em 1986. O que se fez na montagem da série de anos foi considerar o nível de emprego em 1986 e recalculá-lo, a partir da evolução do emprego do *painel* fixo da Rais, os níveis de emprego para os anos anteriores a este último referido. Para 1986 e para os anos posteriores foram considerados os dados mais recentes da série da Rais.

redução num primeiro momento, de 1980 para 1983, anos críticos para a economia nacional

e também para o Nordeste. No segundo momento, após 1983, a ligeira recuperação ocorrida não alcança o patamar anterior, dos anos 1979 e 1980, e é seguida de uma redução sistemática, mas suave do emprego formal urbano, até 1989, quando então se torna mais intenso o declínio até o último ano da série. A evolução, em seu conjunto, para os anos da série considerada, mostra uma redução relativa do nível de emprego que pode ser considerado representativo do setor formal urbano do Nordeste de um patamar de aproximadamente 45%-50% em 1980 para um nível próximo de 30% nos últimos anos.

Uma segunda análise pode ser feita com base na comparação das duas trajetórias - do emprego urbano total e do emprego formal - considerando-se o mesmo ponto de partida (1979 = 100). Isto é realizado na tabela 4.

TABELA 4
Nordeste: Emprego Urbano Total e Emprego Formal - 1979-95
1979 = 100

Emprego	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
Formal	100	105	107	109	108	115	123	131	137	141	140	138	137	130	131	123	140
Total	100	91	114	115	140	119	130	138	153	155	162	172	-	173	182	-	190

Fonte: IBGE - Pnad e Ministério do Trabalho - Rais.

É sabido que as informações usadas anteriormente, sobretudo as da Pnad e do censo demográfico possuem alguns problemas, sobretudo no caso do Nordeste, que necessitam ser considerados nas comparações feitas. Assim, um primeiro deles diz respeito à comparação entre os quantitativos do emprego apresentado pela Pnad e pelo censo demográfico de 1980. Definições e formas de levantamento explicam o fato de que as cifras apresentadas para 1980 serem bem menores que as da Pnad para os anos próximos. Assim, seguramente, é este fato que explica, por exemplo, a redução do emprego total em 1980 (ano de censo demográfico), e que, no gráfico 2 revela um aumento muito grande do emprego formal sobre o total do emprego. O que deve ser levado em conta nas interpretações. Por outro lado, no caso específico do Nordeste, a ocorrência de secas, das

quais resultam a implantação de programas de *frentes de trabalhos* no meio rural, implica o registro dessas populações vinculadas frentes como integrantes do setor da construção civil. Como esses contingentes são, em alguns anos de secas, muito significativos (por vezes de 500 mil a 2,5 milhões de pessoas), isto dá lugar ao aumento significativo das populações ocupadas nos segmentos prevalentemente urbanos (entre eles a construção civil). Nestes anos, quando ocorre isto, haveria um aumento da *informalidade*, que decorreria mais de problemas metodológicos do que de uma evolução concreta do mercado de trabalho no sentido da *informalidade*.

Nos dados presentemente utilizados, é importante ter a atenção voltada, na interpretação dos resultados, para os dados de 1981, 1983, 1987 e 1993, que registram aumentos significativos nas cifras das pessoas ocupadas na construção civil, o que pode sugerir um aumento da *informalidade* que não é real. De qualquer modo, estas deficiências poderiam ser contornadas considerando apenas aqueles anos nos quais não ocorrem esses fatos que dificultam a comparação, por exemplo, considerar as taxas de crescimento de anos selecionados e que, simultaneamente, fossem representativos de períodos importantes.

Com base nos dados da tabela 4, pode-se constatar que as taxas de crescimento do nível de emprego urbano (total e informal) confirmam o processo de *informalização* quando são considerados os anos menos problemáticos, do ponto de vista da comparação. De fato, se consideramos os anos extremos da série (que não consideram os anos problemáticos antes referidos) percebe-se que o crescimento do nível de pessoas ocupadas no total dos segmentos urbanos (*formal* e *informal*) cresceu o dobro do emprego nas atividades *formais*: entre 1979 e 1995, o emprego total expandiu-se a 4,1% ao ano enquanto que o informal registrou apenas uma expansão anual de 2,1%. Considerando-se os anos 1979-89, praticamente a década de 80, o que se observa é que tais taxas se aproximam, no entanto os valores do crescimento do emprego urbano que compreende os dois segmentos do mercado de trabalho são maiores: o emprego urbano total expande-se a 4,9% ao ano e o formal a 3,9%.

A diferença fundamental passa a existir na primeira metade dos anos 90 (1989-95). Neste último período, há uma estagnação do emprego *formal* (0% ao ano), com a continuidade da expansão emprego urbano total (*formal e informal*), porém a ritmo bem menor: 2,7% ao ano. Com taxas relativas diferentes, segundo o período considerado, o emprego total, por conta seguramente do crescimento das relações informais, expande-se bem mais que o emprego formal na região. O agravamento parece ocorrer nos anos 90, quando o emprego urbano formal literalmente estagna (quando se considera 1989-95) ou registra um declínio significativo quando se considera os anos intermediários deste último intervalo de tempo (ver na tabela 4 as cifra referentes aos anos 1990-94). A tendência, pois, não obstante a precariedade dos dados, apresenta-se muito clara: um processo de *informalização* que contrasta com processo de integração gradativa das populações a relações capitalistas e formais de trabalho dos anos 70, quando não somente o assalariamento se difundia no mercado de trabalho, como sua difusão ocorria através do avanço do emprego assalariado *formal*.

Do exposto, não resta dúvida que nos anos 80 e na primeira metade dos anos 90, o que se assistiu foi a uma deterioração do mercado de trabalho no qual as oportunidades de emprego adicionais ocorreram, predominantemente, através da criação de empregos informais. De fato, comparando-se os totais de 1979 com os de 1995 constata-se que da absorção de 5,4 milhões, o que sem dúvida é um desempenho significativo em uma década e meia de dificuldades econômicas, cerca de um milhão, apenas, nesses mais de 15 anos, ou seja, 19,7% correspondeu ao aumento desses empregos no setor formal, o que não é uma *performance* que possa ser considerada digna de elogios. A tabela 5, que confronta os dados dos anos extremos das duas séries utilizadas, sintetiza o que se está comentando.

Os dados mostram que a participação do emprego formal urbano que em 1979 era de 43,6% passa para 32,2% em 1995. Além disso, mostra, como se assinalou, que a contribuição do emprego formal neste aumento do número de pessoas empregadas, quando são confrontados os anos extremos, foi menor que 1/5 do total dos empregos criados. Se tal

exercício fosse feito para os anos 90 (1989-95, por exemplo) a contribuição do setor formal urbano na criação de postos de trabalho teria sido nula.

TABELA 5
Nordeste: Emprego Total Urbano e Emprego Formal Urbano nos Anos 1979 e 1995
(em 1.000 pessoas)

Tipo de Emprego Urbano	1979	1995	Diferença
a) Emprego Total Urbano	6.024,3	11.472,1	5.447,8
b) Emprego Urbano Formal	2.624,8	3.695,8	1.071,0
c) % b/a	43,6%	32,2%	19,7%

Fonte: IBGE - Pnad e MTb - Rais.

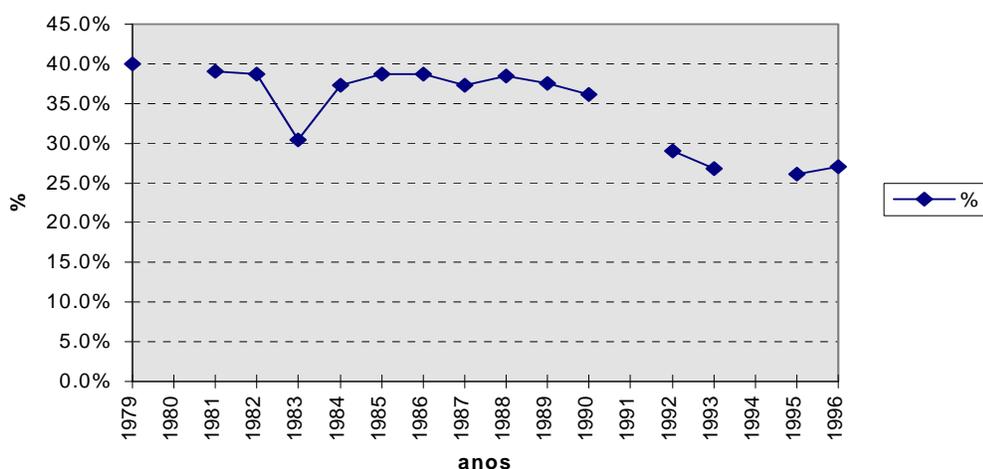
Outra forma de se verificar o processo de informalização - ou de aumento das relações precárias de trabalho no mercado de trabalho urbano - consiste em comparar o emprego assalariado com o total do emprego em atividades predominantemente urbanas. Isto é feito no gráfico 3, levando-se em conta os cuidados que se deve ter na utilização dos dados da Pnad, em particular no que se refere ao Nordeste, pelas razões já expostas. Além disso, deve-se levar em conta que a Pnad, a partir de 1992 promoveu mudanças substanciais em alguns conceitos e classificações adotadas, o que deixa margem a dúvidas em algumas comparações temporais, como a que se faz no referido gráfico. Não obstante, os dados apontam na mesma direção das comparações anteriores (confronto entre os dados da Rais e da Pnad, gráfico 2). Note-se que mesmo antes dos dados do período 1992-96, quando ocorreram as mudanças metodológicas, as informações apontam para um declínio do emprego assalariado com carteira no total do emprego urbano.

Não existem muitos trabalhos recentes sobre a evolução do segmento informal na economia brasileira e nordestina, sobretudo com referência ao impacto das mudanças recentes - associadas, por exemplo, aos sucessivos planos de estabilização, à reestruturação produtiva, à abertura da economia, ao recente aumento da incapacidade dos segmentos organizados de absorver a crescente força de trabalho urbana, ao processo de terceirização nas relações de trabalho - e, estreitamente vinculado a isto, as mudanças que devem estar ocorrendo no interior do setor informal. A tradição na análise do setor informal, no

Nordeste, e, pode-se dizer, no país, consiste em considerar, de um lado, a crescente oferta de trabalho ligada aos intensos fluxos migratórios do campo para a cidade, e, de outro lado, o intenso crescimento da economia que, não obstante as altas taxas anuais de expansão econômica (isto é válido até o final dos anos 70), não conseguia empregar nessas atividades modernas a força de trabalho, do que decorria a presença marcante do setor informal em suas diferentes unidades de produção de bens e serviços. Com a desaceleração da economia, somada à reestruturação produtiva, tem-se, neste período recente, um fator adicional de ampliação das atividades informais - uma *informalização*, segundo alguns autores - ou uma aumento das relações não-institucionais de trabalho - a *precarização* do trabalho, segundo outros⁷.

GRÁFICO 3

Nordeste: Emprego com Carteira Assinada sobre Emprego Urbano Total (%)



Fonte: IBGE - Pnad

⁷ “Uma nova situação emerge com a crise e a reestruturação produtiva. Os programas de racionalização adotados pelas empresas, denominados de maneira acrítica como produção enxuta, estão provocando a desverticalização das grandes plantas com externalização de parte de suas atividades, tornando-se importantes subcontratantes de produção, força de trabalho e serviços. Elas reduzem seus volumes de produção e trabalho realizados diretamente, contratando-os crescentemente nos mercados, por meio das empresas prestadoras de

Ora, essa realidade mudou substancialmente dos anos 80 para cá e, seguramente, está a exigir novas interpretações sobretudo das características e do novo papel do setor informal nas suas relações com as formas mais organizadas e capitalistas de produção. É evidente que em decorrência do menor crescimento da economia - do que resultou uma menor demanda de trabalho dos segmentos formais ou organizados - que o contingente empregado no setor informal se ampliou. No entanto, é de se esperar que novas relações e novos arranjos tenham começado a surgir no setor informal, redefinindo, mais uma vez, o papel que ele vem exercendo na economia. Os autores já referidos (Dedecca e Baltar, 1997) apresentam alguns pontos que devem ter validade para o que vem, recentemente, ocorrendo no Nordeste. Em primeiro lugar, ao ressaltar que o segmento organizado ao reestruturar a cadeia produtiva à montante não altera a sua presença nos mercados, à jusante, destacam que este setor estabelece novas relações com o restante da economia, aproveitando “a debilidade comercial dos elos mais fracos das cadeias de produção reestruturadas, que agora incorporam parte do segmento não organizado”. Isto significa, senão a criação, pelo menos a ampliação da subordinação dos segmentos não organizados na *realização* da produção e sua colocação nas faixas de mercado de mais difícil acesso.

Além disso, novos aspectos podem ser apontados: “As novas relações entre o segmento organizado e não-organizado são, ademais, importantes para uma maior flexibilidade produtiva do primeiro, pois a externalização de atividades pode ser, quando desejada, rapidamente revertida (ao menos parcialmente) nas conjunturas de queda do nível de atividade, mediante uma reincorporação de funções ou produções sub-contratadas. Isto é, o setor organizado pode manter seu nível de utilização da capacidade produtiva constante - bem como de seu volume de força de trabalho - mesmo quando os mercados conhecem uma retração, em razão de o setor repassar a ociosidade para o segmento informal”. (Dedecca e Baltar, 1997, p. 74). Numa conjuntura econômica como a vigente na economia brasileira e nordestina, como se assinalou anteriormente, de pequenos ciclos econômicos,

serviços... O segmento organizado vem reorganizando toda a cadeia produtiva a montante, sem que se altere sua presença nos mercados a jusante”. (Dedecca e Baltar, 1997, p. 74).

com fases expansivas de curta duração sendo seguidas de fase de retração da economia, também de curto prazo, a adoção de práticas como as assinaladas, de utilização do informal é, certamente, a forma mais estratégica de sobrevivência das empresas num contexto muito adverso. O exame da *terceirização*, na sua forma institucionalizada ou precária, do ponto de vista das relações de trabalho, pode ajudar bastante o entendimento desses processos.

Embora essas práticas não constituam novidade na relação do setor formal com o informal, é aceitável, no entanto, mais recentemente, nesse novo contexto - de abertura e acirramento da competição, crescimento reduzido (com os seus pequenos ciclos econômicos) e reestruturação produtiva - que elas (as práticas) de uso apenas esporádico anteriormente tenham se transformado, mais recentemente, em formas estratégicas de sobrevivência econômica do segmento formal, numa realidade econômica mais competitiva e instável.

Em resumo, ao lado de uma ampliação do segmento informal na economia nordestina (e nacional) é provável que se esteja assistindo à consolidação de formas de relação e subordinação das atividades informais e da precarização das relações de trabalho, presentes anteriormente, mas que, no momento, passam a ser pontos centrais da estratégia das empresas do setor organizado.

4. A EVOLUÇÃO SETORIAL

Uma vez apresentados alguns dos processos mais gerais da economia e do mercado de trabalho na região, é importante verificar a sua evolução mais pormenorizada, segundo os setores produtivos, visando inclusive discutir o seu comportamento a partir dos dois grandes segmentos anteriormente analisados: o corte formal e informal.

Como tem acontecido em muitas economias, inclusive a brasileira e a das demais regiões do país, é o setor terciário que se apresenta como o segmento prioritário na geração de empregos na região. No caso nordestino, de 1979 a 1996, de acordo com os dados da Pnad, ele mais que duplica o contingente empregado: de 3,9 milhões em 1979 alcança 8,7 milhões de pessoas no último ano referido (1996). O que não ocorre com o setor secundário, aí incluídas as atividades da indústria de transformação, da construção civil e de outras atividades industriais. Neste caso o nível de emprego evolui de 1,9 milhão em 1979 para 2,5 milhões em 1996. Quanto ao setor agropecuário, o contingente empregado aumentou num ritmo muito reduzido: de 6,6 milhões para 7,8 milhões. Expresso em termos de crescimento anual, o emprego no setor terciário expandiu-se no período 1979-96 a uma taxa de 4,8% ao ano, no setor secundário a 1,6% e no primário (agropecuário) a uma taxa de apenas 1,0%.

Na tabela 6, de modo resumido, são apresentados os traços mais gerais da evolução do emprego segundo os setores mais relevantes. Alguns aspectos chamam a atenção, além da perda de importância relativa do setor agropecuário que absorvia mais da metade da força de trabalho regional e nos anos finais fica na marca de 38% e 41%. Um primeiro aumento do setor terciário: representava menos de 1/3 no total em 1979 e chega a 45% no último ano. Sua contribuição aumenta, principalmente, em razão da intensidade do crescimento do emprego no comércio de mercadorias (passa de 9% para 13%) e da prestação de serviços (de 12% para 15%). Tanto o comércio como a prestação de serviços apresentam tradicionalmente, nas economias atrasadas uma grande capacidade de absorção de empregos informais. Deve-se chamar a atenção para o fato de que um segmento que anteriormente revelava uma grande capacidade de absorver força de trabalho reduz, no período analisado, essa sua capacidade. Sua participação, tanto quando se considera o setor secundário, em geral, como a indústria de transformação, em particular, perde importância relativa na geração de emprego.

TABELA 6

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

Nordeste: Participação do Emprego Segundo os Setores Produtivo 1979-96
(%)

Setores	1979	1985	1990	1996
Agropecuária	52	46	38	41
Indústria	15	16	15	13
Transformação	8	9	9	7
Construção	5	5	6	5
Outras Atividades Ind.	2	2	1	1
Terciário	32	36	45	45
Comercio de Merc.	9	10	12	13
Prestação de Serviços	12	12	15	15
Serv. Aux. Ativ. Econômica	1	1	2	2
Transporte e Comunicação	2	3	3	3
Serviços Sociais	5	7	8	8
Administração Pública	3	3	5	4
Outras Atividades	1	2	2	1
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Pnad

Nas explicações para o comportamento dos setores neste particular, aparecem alguns aspectos gerais, comuns a várias economias, e outros muito específicos da realidade regional. Relativamente à agropecuária, há o destaque para seu crescimento muito reduzido, que é uma característica freqüentemente encontrada em várias experiências para o setor. No caso nordestino, entre 1979 e 1996 o setor agropecuário expandiu-se a uma taxa de 0,4% ao ano, contra uma expansão de 3,1% ao ano para a economia regional em seu conjunto. Mas ao lado deste menor crescimento, muito comum, há que considerar aspectos muito específicos da região. A frequente ocorrência das secas e o alto grau de vulnerabilidade da economia agrícola regional são um dos mais marcantes.

De fato, um exame sumário dos agregados econômicos, em particular o produto interno bruto da agropecuária, nos anos que estão sendo aqui considerados, a partir das flutuações registradas, ilustra bem a questão. Centrando as considerações nos anos no qual o produto da agropecuária nordestina apresenta dados negativos pode-se assinar que já em

1980 registrava um decréscimo de -6,5% (no ano seguinte continua estagnada a produção agrícola), relativamente ao ano anterior, o que é ainda reduzido se comparado com o declínio apresentado em 1983 de -29,7%, isto se repete em 1987, com uma taxa negativa de -17%, ainda em 1990, 1992 e 1993, com, respectivamente, -11,7%, -9,2% e -29,7. Isto significa, para algumas sub-regiões localizadas no semiárido, praticamente a destruição da capacidade produtiva das unidades de produção e um permanente recomeço da atividade econômica desses produtores.

Para se ter uma idéia do nível de emprego destruído, quando de uma grande seca, é suficiente afirmar-se que na grande seca de 1958, ano de elaboração da proposta de estratégia de desenvolvimento regional pelo GTDN, foram alistados nas frentes de trabalho, criadas pelo Governo para dar ocupação às populações que tiveram suas atividades produtivas destruídas pela seca, cerca de 550 mil pessoas. Na seca de 1981 cerca de 1,2 milhão, em 1983 aproximadamente 2,8 milhões e em 1993 cerca de 1,9 milhão (Carvalho, 1994). A vulnerabilidade parece, pois, em termos absolutos, ter aumentado, com base no número de pessoas mobilizadas nos programas de socorro às vítimas das estiagens. Esta situação e os processos que estão por trás dela são, sem dúvida, responsáveis pela expulsão de parte da força de trabalho no campo e que migram para as demais regiões e para os centros urbanos da própria região. Ressalte-se que, como têm assinalados alguns estudiosos, nas últimas décadas, diante do reduzido crescimento da economia nacional, sobretudo nas áreas mais industrializadas e que se constituíam o destino dos fluxos migratórios nordestinos, tais regiões fecharam-se a parte considerável dos emigrantes, o que induziu a região a absorver, no seu interior, parte considerável dos que saíam do meio rural em razão das secas, entre outras.

Mas não é somente a seca que se constitui um determinante da reduzida absorção da força de trabalho no campo e, em consequência, da emigração rural-urbana. A concentração fundiária e a consolidação, nas últimas décadas, nas denominadas áreas de fronteiras agrícolas (do Maranhão, do Piauí e da Bahia, sobretudo), de uma estrutura fundiária

extremamente concentrada, estimulada em grande parte pelos grandes projetos agropecuários, apoiados por incentivos governamentais e pela implantação de infraestrutura de transporte, reduz a capacidade de absorção das populações no campo e define relações de trabalho que penalizam os trabalhadores e produtores sem terra e os induzem a busca de oportunidades de trabalho nas cidades, entrando, em geral, nesses mercados de trabalho urbano pelo setor informal.

Relativamente ao emprego industrial, é importante destacar que se entre 1970-80 o crescimento da população economicamente ativa vinculada a este segmento produtivo expandiu-se, no Nordeste, a uma taxa de crescimento de 6,8% ao ano, de acordo com os censos demográficos, no período considerado (1979-96), sua expansão foi de apenas 1,8%, quando a comparação é feita a partir dos dados da Pnad. Se, de um lado, o setor agropecuário não se mostra capaz de absorver parcela relevante da força de trabalho que procura se inserir no meio rural, de outro lado, um segmento que décadas antes registrava uma intensa capacidade de absorção da força de trabalho não consegue repetir, nos anos 80 e 90, seu desempenho anterior. Tudo leva a crer que, a exemplo do que ocorreu com a indústria nacional, a indústria nordestina sofreu, também, o impacto da desaceleração da economia e, mais recentemente, da competição internacional decorrente da abertura e do esforço de reestruturação produtiva, também associada a ela. Isto seguramente está por trás da reduzida capacidade de absorção da força de trabalho, relativamente ao desempenho que tivera anteriormente. Nesta situação, restou ao terciário o papel de setor de destino de parte importante da força de trabalho sobrando das demais atividades. E isto foi realizado, em parte, pelo comércio de mercadorias e pela prestação de serviços que, como se constatou, aumentaram suas participações no total do emprego gerado, no período.

5. O EMPREGO NO SETOR ORGANIZADO OU FORMAL

A disponibilidade de informações do segmento organizado da economia, produzidas pelo Ministério do Trabalho, permite que sejam feitos vários cortes que permitem discutir novos aspectos da evolução do emprego na economia nordestina, entre os quais questões relativas à qualidade do emprego oferecido, neste período recente, pelos segmentos organizado. Esta questão tem a maior relevância quando se sabe, a partir das considerações anteriormente feitas, que grande parte da absorção da força de trabalho ocorreu no setor informal, através das precárias relações de emprego. Caberia agora, verificar, nos segmentos nos quais predominam as relações formais e institucionalizadas de trabalho, que tipo de emprego é oferecido. Os diferentes cortes a seguir apresentados têm como finalidade dar resposta a essa indagação.

5.1 O CORTE SETORIAL DO SEGMENTO ORGANIZADO

Também nesse segmento, são os serviços que garantem uma maior absorção da força de trabalho. Não obstante algumas dificuldades existentes na classificação dos dados, por várias razões, as informações disponíveis para a série de anos que vai de 1986 a 1996, mostram que os segmentos que constituem o que se costuma denominar de setor secundário (indústria) de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública), sobretudo as atividades de transformação industrial e da construção civil, apresentam uma perda de postos de trabalho quando se consideram os anos extremos, conforme mostram, com clareza, os dados constantes da Tabela 9.

Já as atividades como o comércio e o restante dos serviços, que não incluem, neste caso a administração pública, revelam uma expansão na participação no total dos empregos gerados no conjunto dessas atividades. Assim, se em 1986 o comércio (atacado e varejo) registrava uma participação de 11,7% ele alcança 12,7% em 1996 (não obstante o fato de ter perdido participação logo no início dos anos 90). Os serviços passam de 24,4% no primeiro ano para 28,6% no último. A trajetória de indústria de transformação foi distinta:

de 17,4% para 13,6% em 1986 e 1996, respectivamente (Tabela 8). Isto significou a redução de 76,4 mil pessoas empregadas na indústria de transformação, numa comparação dos valores entre os anos extremos da série, que pode ser somada à perda de 9,1 mil na construção civil (Tabela 7).

Este perda foi mais que compensada pela capacidade de absorção revelada pelas atividades comerciais e, sobretudo pelos demais serviços, sem contar com o crescimento absoluto do emprego organizado revelado pelo segmento de “outros” que, na classificação aqui adotada inclui a administração pública, as atividades agrícolas e outras atividades da classificação adotada pela Rais⁸. De fato, entre 1986 e 1996 os serviços, na definição aqui adotada, absorveram a mais 261,7 mil pessoas e o comércio, 86,1 mil (tabela 7).

TABELA 7
Nordeste: Pessoas Ocupadas no Setor Organizado - 1986-96
(valores absolutos)

Setores/Anos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Extração Mineral	21,092	23,195	26,404	19,710	17,214	15,602	15,709	18,362	26,489	20,442	27,302
Ind. Transformação	606,340	620,309	630,563	655,057	603,595	566,134	526,673	471,689	510,451	541,395	529,860
Serv. Ind. De Util. Pub.	62,951	65,700	59,232	61,395	64,982	61,195	59,303	57,780	80,516	73,370	69,755
Construção Civil	181,645	183,488	189,511	175,861	181,820	186,029	154,205	153,795	151,104	162,085	172,495
Comercio	409,204	416,393	413,468	428,152	415,100	388,107	365,313	366,542	412,923	464,320	495,311
Serviços	852,689	926,887	936,661	951,296	892,466	895,133	856,112	884,093	870,592	1,075,571	1,114,349
Outros(*)	1,356,141	1,420,095	1,490,870	1,441,606	1,495,680	1,551,780	1,491,405	1,645,861	1,454,868	1,516,887	1,485,571
Total	3,490,062	3,656,067	3,746,709	3,733,077	3,670,857	3,663,980	3,468,720	3,598,122	3,508,937	3,854,070	3,894,643

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

⁸ Os dados da administração pública e do segmento “outros” definido na classificação do Ministério do Trabalho apresentam uma grande oscilação que só pode ser entendida como decorrentes de dificuldades na classificação das atividades. Por tal razão apresenta-se esta nova classificação setorial que, ademais, soma ao emprego das referidas atividades o registrado no setor agrícola, de reduzida importância no conjunto.

TABELA 8
Nordeste: Pessoas Ocupadas no Setor Organizado
1986-96 (%)

Setores/Anos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Extração Mineral	0.6	0.6	0.7	0.5	0.5	0.4	0.5	0.5	0.8	0.5	0.7
Ind. Transformação	17.4	17.0	16.8	17.5	16.4	15.5	15.2	13.1	14.5	14.0	13.6
Serv. Ind. De Util. Pub.	1.8	1.8	1.6	1.6	1.8	1.7	1.7	1.6	2.3	1.9	1.8
Construção Civil	5.2	5.0	5.1	4.7	5.0	5.1	4.4	4.3	4.3	4.2	4.4
Comércio	11.7	11.4	11.0	11.5	11.3	10.6	10.5	10.2	11.8	12.0	12.7
Serviços	24.4	24.4	25.0	25.5	24.3	24.4	24.7	24.6	24.8	27.9	28.6
Outros(*)	38.9	38.8	39.8	38.6	40.7	42.4	43.0	45.7	41.5	39.4	38.1
Total	100.0										

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

TABELA 9
Nordeste: Pessoas Ocupadas no Setor Organizado
1986-96 (1986=100)

Setores/Anos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Extração Mineral	100	110	125	93	82	74	74	87	126	97	129
Ind. Transformação	100	102	104	108	100	93	87	78	84	89	87
Serv. Ind. De Util. Pub.	100	104	94	98	103	97	94	92	128	117	111
Construção Civil	100	101	104	97	100	102	85	85	83	89	95
Comércio	100	102	101	105	101	95	89	90	101	113	121
Serviços	100	109	110	112	105	105	100	104	102	126	131
Outros(*)	100	105	110	106	110	114	110	121	107	112	110

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

Total	100	105	107	107	105	105	99	103	101	110	112
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

Ao lado dos aspectos já comentados, os dados do Ministério do Trabalho permitem que se tenha uma idéia das grandes oscilações ocorridas no emprego organizado, no Nordeste, neste período que vai da segunda metade dos anos 80 até o início da segunda metade dos anos 90.

Considerando-se o total do emprego organizado, o que se percebe é que há de 1986 até 1989 uma expansão relativa, que se traduziu numa taxa de 2,3% ao ano, que é seguida, entre 1989 e 1994 de um declínio do nível de ocupação representado numa taxa de -1,1% ao ano. A partir daí, em decorrência dos efeitos positivos imediatos do Plano Real sobre a demanda agregada em todo país e também no Nordeste, o emprego registra um aumento. No ano 1995 de 8,9% e em 1996 de 1,8%. Essa desaceleração tem prosseguimento, como é sabido, no ano seguinte (1997), em decorrência das medidas restritivas (corte no crédito, nos gastos e juros altos) governamentais adotadas em decorrência da interpretação das autoridades econômicas de que a intensificação da demanda pós-estabilização poderia comprometer a estabilidade do real.

No fundo, o que os dados mostram é a presença, na economia nacional e na economia regional, de uma grande instabilidade econômica que se traduz na presença de ciclos econômicos de pequena duração, que no caso regional registra uma pequena fase ascendente de 1986 a 1989, uma fase descendente de 1989 a 1994, seguido de uma outra expansiva que abrange 1996 e 1997 e que, provavelmente, vai desembocar em um fase recessiva neste final dos anos 90 (1997-99). É importante considerar que no caso regional e nacional, neste período, o movimento da economia ocorre muito mais associado às políticas macroeconômicas adotadas (ortodoxas ou heterodoxas), estritamente vinculadas à estabilização (Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Collor e Plano Real), do que de um

processo de acumulação do qual decorresse a construção de uma base produtiva, como durante os anos 50, 60 e 70, com os movimentos cíclicos de médio prazo.

Dado o peso que representam na estrutura das ocupações do Nordeste, no setor organizado, a atividade da indústria extrativa mineral e de transformação e a atividade dos serviços, no sentido que aqui estão sendo considerados, é importante que se desça a um exame mais detido desses segmentos. Principalmente pelo fato de que, de um lado, as atividades da indústria de transformação registraram um declínio do nível de emprego e os serviços um aumento que mais que compensou o declínio da ocupação industrial. Isto permitiria identificar as atividades específicas mais alcançadas pelos impactos negativos e aquelas que conseguiram manter e até aumentar o nível de ocupação.

Começando pelas atividades industriais, cabe o registro inicial de que, somando-se a indústria extrativa mineral com a indústria de transformação, o Nordeste perdeu, entre 1986 e 1996 cerca de 71,3 mil empregos industriais, neste segmento organizado da economia, o que significou cerca de 11,4% do nível de ocupação industrial existente em 1986. Nesta perda, sem dúvida significativa, está contabilizada a recuperação ocorrida a partir de 1994, pois entre 1986 e 1993 (“o fundo do poço”, neste período, para a indústria) a perda foi praticamente o dobro daquela assinalada para 1986-96, tendo alcançado 137,4 mil pessoas, parte significativa do emprego que a indústria incentivada criou, durante décadas, na região (tabela 10).

Quais foram de fato os segmentos mais alcançados pelos processos econômicos e administrativos que mais destruíram empregos produtivos neste período? Quais os que conseguiram manter e até aumentar o nível de ocupação industrial?

Começando pelos mais alcançados, negativamente, pode-se ter uma idéia precisa a partir das tabelas 11 e 12, elaboradas com base nos dados expostos na tabela 10. Não resta dúvida que o núcleo de atividades industriais que poderia constituir o segmento de metal-

mecânica (metalúrgica, mecânica e material de transporte) foi um dos mais alcançados, notadamente aquelas empresas voltadas para a metalurgia e para a mecânica. Mais uma vez considerando-se os anos extremos, a metalúrgica teve seu nível reduzido para 61% do que era em 1986 e a mecânica, com impacto ainda mais intenso, reduziu-se para 40%. Isto significou a perda de 23,7 mil empregos neste núcleo da metal-mecânica.

TABELA 10
Nordeste: Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação - 1986-96
(valores absolutos)

Atividades	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Extrativa Mineral	21,092	23,195	26,404	19,710	17,214	15,602
Min. Não-Metálico	42,397	42,838	41,094	40,874	36,684	32,779
Metalúrgica	36,327	34,936	32,439	33,984	28,520	26,427
Mecânica	15,769	14,641	13,557	13,090	11,279	9,960
Eletr. Comunicação	9,804	11,012	9,623	11,529	11,211	10,111
Mat. Transporte	4,830	4,811	4,852	4,381	3,936	3,825
Madeira e Mobiliário	26,357	26,051	24,664	24,983	22,301	19,732
Papel e Gráfica	25,240	25,198	25,277	27,839	27,213	25,638
Borracha, Fumo, Couro	28,865	28,386	31,315	29,727	26,037	25,393
Química	55,651	58,775	58,080	61,164	54,539	49,863
Têxtil	115,623	116,215	115,868	131,222	110,066	104,408
Calçados	7,880	7,007	4,817	6,902	7,297	7,217
Alimentos e Bebidas	237,591	250,439	268,977	269,362	264,512	250,781
TOTAL	627,426	643,504	656,967	674,767	620,809	581,736

Atividades	1992	1993	1994	1995	1996
Extrativa Mineral	15,709	18,362	26,402	20,473	27,302
Min. Não-Metálico	29,892	29,643	29,030	29,357	32,020
Metalúrgica	19,289	19,647	22,983	24,493	22,073
Mecânica	9,329	9,677	5,979	5,501	6,371
Eletr. Comunicação	8,833	7,254	7,773	8,361	8,186
Mat. Transporte	3,300	3,155	6,139	4,344	4,344
Madeira e Mobiliário	16,842	18,296	17,764	19,637	20,607
Papel e Gráfica	23,335	21,472	20,689	23,611	24,194
Borracha, Fumo, Couro	20,494	18,040	14,623	15,487	13,648
Química	45,833	42,617	40,395	40,400	36,788
Têxtil	95,276	95,895	104,072	93,073	93,699

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

Calçados	9,550	12,484	13,335	15,477	19,734
Alimentos e Bebidas	244,700	193,509	220,404	252,176	247,196
TOTAL	542,382	490,051	529,588	522,390	556,162

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

Não se pode dissociar o que se verificou na indústria metal-mecânica de alguns processos conhecidos dos anos 90. Um deles é o processo de privatização do qual resultou a venda da Cosinor (empresa de grande porte vinculada a produção metalúrgica e à mecânica), de Pernambuco, a um grupo líder da indústria metalúrgica brasileira que, após sua aquisição, liquidou a empresa, assegurando o monopólio em alguns segmentos da produção de aço. Além disso, um processo mais geral, vinculado à desregulamentação na produção e comercialização do aço, no Brasil, que era adquirido pelas empresas a um preço único, independente da sua localização geográfica, alcançou forte e negativamente as unidades produtivas que se situavam distantes das fontes supridoras. Neste particular, o pequeno parque metal-mecânico do Nordeste foi alcançado com a redução da atividade e mesmo o desaparecimento de empreendimentos. Finalmente cabe fazer referência a processos, também amplos, de ajustamento das unidades de produção à competição internacional, em decorrência da abertura a partir de 1990, do que resultou a quebra de cadeias produtivas que alcançaram alguns fornecedores, notadamente vinculados às indústrias montadoras. Alguns fornecedores locais dessas indústrias reduziram suas atividades ou fecharam suas portas.

TABELA 11
Nordeste: Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação - 1986-96
(%)

Atividades	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Extrativa Mineral	3.4	3.6	4.0	2.9	2.8	2.7	2.9	3.7	5.0	3.7	4.9
Mín. Não-Metálico	6.8	6.7	6.3	6.1	5.9	5.6	5.5	6.0	5.5	5.3	5.8
Metalúrgica	5.8	5.4	4.9	5.0	4.6	4.5	3.6	4.0	4.3	4.4	4.0
Mecânica	2.5	2.3	2.1	1.9	1.8	1.7	1.7	2.0	1.1	1.0	1.1
Eletr. Comunicação	1.6	1.7	1.5	1.7	1.8	1.7	1.6	1.5	1.5	1.5	1.5
Mat. Transporte	0.8	0.7	0.7	0.6	0.6	0.7	0.6	0.6	1.2	0.8	0.8
Madeira e Mobiliário	4.2	4.0	3.8	3.7	3.6	3.4	3.1	3.7	3.4	3.6	3.7
Papel e Gráfica	4.0	3.9	3.8	4.1	4.4	4.4	4.3	4.4	3.9	4.3	4.4

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

Borracha, Fumo, Couro	4.6	4.4	4.8	4.4	4.2	4.4	3.8	3.7	2.8	2.8	2.5
Química	8.9	9.1	8.8	9.1	8.8	8.6	8.5	8.7	7.6	7.3	6.6
Têxtil	18.4	18.1	17.6	19.4	17.7	17.9	17.6	19.6	19.7	16.8	16.8
Calçados	1.3	1.1	0.7	1.0	1.2	1.2	1.8	2.5	2.5	2.8	3.5
Alimentos e Bebidas	37.9	38.9	40.9	39.9	42.6	43.1	45.1	39.5	41.6	45,7	44.4
TOTAL	100,0	100.00	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS

TABELA 12
Nordeste: Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação - 1986-96
(1986=100)

Atividades	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Extrativa Mineral	100	110	125	93	82	74	74	87	125	97	129
Mín. Não-Metálico	100	101	97	96	87	77	71	70	68	69	76
Metalúrgica	100	96	89	94	79	73	53	54	63	67	61
Mecânica	100	93	86	83	72	63	59	61	38	35	40
Eletr. Comunicação	100	112	98	118	114	103	90	74	79	85	83
Mat. Transporte	100	100	100	91	81	79	68	65	127	90	90
Madeira e Mobiliário	100	99	94	95	85	75	64	69	67	75	78
Papel e Gráfica	100	100	100	110	108	102	92	85	82	94	96
Borracha, Fumo, Couro	100	98	108	103	90	88	71	62	51	54	47
Química	100	106	104	110	98	90	82	77	73	73	66
Têxtil	100	101	100	113	95	90	82	83	90	80	81
Calçados	100	89	61	88	93	92	121	158	169	196	250
Alimentos e Bebidas	100	105	113	113	111	106	103	81	93	106	104
TOTAL	100	103	105	108	99	93	86	78	84	88	89

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

Outro ramo industrial que registra perdas importantes, sobretudo quando se faz referência ao nível alcançado em 1989, é o da eletrônica e comunicações. Neste caso, a abertura econômica, a competição internacional obrigando a um enxugamento maior das empresas e a busca de insumos (parte e peças) mais barato no exterior para melhor competir internamente, resultou em diminuição dos postos de trabalho. De fato, algumas empresas desse ramo presentes no Nordeste tiveram que reduzir sua gama de produtos especializando-se em um número muito mais reduzido no qual tinha vantagens

comparativas, ou, ainda, face à quebra de cadeias produtivas, internas no país, nas quais se integravam produzindo insumos, tiveram que reduzir seu nível de atividade e, conseqüentemente, do emprego.

No entanto, são bem mais complexas as reações dos segmentos industriais. Alguns registraram, neste período, e por razões bem diferentes, crescimento do nível de atividade e de emprego. Um caso paradigmático é o da indústria de calçados. Os dados da tabela 10 mostram que de um total de 7,9 mil pessoas empregadas em 1986, este ramo, em 1996 registrava um total de 19,7 mil. Neste caso é possível falar-se de um processo de *relocalização* industrial no qual, com mudanças ocorridas na economia nacional, como a abertura e o acirramento da competição internacional, muitas das empresas deste ramo tenham redefinido sua localização industrial, procurando Estados ou sub-regiões nas quais seus custos fossem mais baixo e pudessem, assim, resistir à concorrência. Dado o peso que nos custos da produção de calçados têm os salários, na busca de locais onde os salários permitissem redução significativa dos custos, alguns estados do Nordeste passaram a atrair empresas que antes estavam localizadas no Rio Grande do Sul (Vale dos Sinos) ou em São Paulo (Franca). Ao estímulo decorrente de baixos salários pagos na região, há que considerar os incentivos fiscais e financeiros oferecidos, em relação aos quais Estados como o da Paraíba e Ceará tiveram maior sucesso (Oliveira e Guimarães Neto, 1997). Entre 1986 e 1996 o emprego nessa indústria passou de 889 pessoas para 7,3 mil, enquanto no Ceará a evolução foi de 1,9 mil para aproximadamente 10 mil (tabela 10).

Vale ainda fazer considerações sobre alguns ramos que registram os maiores percentuais de pessoas empregadas no setor industrial: a química, têxtil e alimentos e bebidas. No caso da química há uma perda sistemática do número de pessoas empregadas a partir de 1989, quando alcançou o nível de 61,2 mil pessoas empregadas e declinou para apenas 36,8 em 1996. Análogo a este foi o comportamento da indústria têxtil, mais empregadora que a química. Em 1986, de acordo com dados da tabela 10, as pessoas empregadas alcançavam o número de 115,6 mil. Este sobe para 131,2 mil em 1989, quando

atinge o ponto mais alto, e desce para 93,6 mil em 1996. Vale o destaque para a heterogeneidade do setor têxtil nordestino, ao comportar unidades de produção tecnicamente atrasada, muitas das quais fecharam neste período e empresas capazes de competir no mercado internacional, notadamente na área de fiação, principalmente no Ceará. Além disso, mais recentemente, a região vem atraindo pesados investimentos nesta área, sobretudo na Paraíba.

O ramo aqui considerado da indústria de alimentos e bebidas não é menos complexo, sobretudo pelo fato de reunir dois ramos com dinâmicas provavelmente distintas. Agregue-se a isto o fato de que a indústria de alimentos do Nordeste ao lado de atividades que tradicionalmente compreendem este ramo, abrange a indústria açucareira que representa, em Estados como Pernambuco, Alagoas e Paraíba a parte mais relevante da indústria de alimentos. Neste particular é importante registrar, nas atividades voltadas para a produção de açúcar, a crise que esta economia vem vivendo nas últimas décadas, com o fechamento de muitas usinas, de acordo com relatório recente da SUDENE (SUDENE, 1996). Trata-se de uma crise associada ao acúmulo de dívidas que não mais puderam ser renegociadas ou roladas - como tradicionalmente os bancos oficiais faziam -, à desregulamentação da atividade com a retirada de regras de proteção à atividade regional, à má administração e à desativação do Proálcool que garantia suporte e alternativas para a atividade canavieira, de modo geral. Tudo isto seguramente está por trás do declínio do nível de emprego que passou de 237,6 mil na indústria de alimentos e bebidas, em 1986, para 269,4 mil em 1989 - ponto alto do nível de emprego - para, finalmente, 247,2 mil no último ano da série (1996) (tabelas 10 e 12).

Em resumo, não obstante a política regional voltada para um elenco de apoio ao processo de diversificação da indústria nordestina, os processos mais gerais que alcançaram a indústria nacional, marcaram sua presença no Nordeste e definiram, na indústria, a sua capacidade de gerar empregos produtivos. Embora não se trate - nem se teve a pretensão - de um exame profundo sobre a questão do emprego industrial organizado, no Nordeste, os

exemplos referidos mostram a presença, na região, de processos bem mais gerais que estão presentes e afetando parte relevante da indústria nacional: desregulamentação, privatização, abertura, acirramento da concorrência internacional, realocização. São processos bem mais abrangentes e que, por isso mesmo, definem, nos últimos anos, sobretudo depois de 1990, trajetórias similares para a indústria brasileira em distintas partes do território nacional.

Passando agora para o exame dos setores comerciais e dos serviços, excluindo deste a administração pública pelas razões já expostas, a trajetória apresentada pelas informações é distinta do que se comentou anteriormente para a indústria. Antes do exame dos dados é importante ressaltar que são reconhecidas as dificuldades e os problemas associados à classificação das informações e que, portanto, as conclusões e constatações devem ser aceitas com algumas reservas.

Observa-se que o conjunto constituído pelas atividades comerciais (varejista e atacadista) e dos serviços (instituições financeiras, unidades produtivas voltadas para serviços administrativos e técnicos, alojamento, serviços médicos, de odontologia e veterinária, e unidades voltadas para o ensino) segue os traços gerais do emprego no setor organizado: com uma expansão até 1989 e um declínio a partir daí. No caso específico desse conjunto, o que se constata é, a partir de 1993, uma recuperação que se estende até 1996.

TABELA 13
Nordeste: Pessoas Ocupadas nas Atividades Comerciais e nos Serviços - 1986-96
(valores absolutos)

Atividades	1986	1987	1988	1989	1990
Comercio Varejista	341,050	346,494	343,533	356,121	343,175
Comercio Atacadista	68,154	69,899	69,935	72,031	71,925
Instituições Financeira	112,632	109,999	115,857	120,686	109,971
Adm. Tec. Profissional	178,646	192,490	197,884	207,044	197,941
Tranp. E Comunicações	149,860	170,326	154,802	159,971	131,192
Alojamento Comunitário	327,061	359,529	367,702	358,780	337,353
Med.Odont e Veterinaria	42,262	47,672	51,749	56,776	66,451
Ensino	42,227	46,871	48,667	48,093	49,558
Total	1,261,892	1,343,280	1,350,129	1,379,448	1,307,566

Atividades	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Comercio Varejista	317,969	300,142	299,844	332,050	383,948	407,323
Comercio Atacadista	70,138	65,171	66,698	81,371	80,748	87,988
Instituições Financeira	101,323	90,880	65,800	92,706	80,911	74,733
Adm. Tec. Profissional	196,304	186,815	200,491	173,444	222,748	240,133
Tranp. E Comunicações	139,284	127,370	127,437	169,913	191,494	197,839
Alojamento Comunitário	332,132	319,376	321,157	186,136	216,189	242,514
Med.Odont e Veterinaria	74,596	83,028	91,991	136,223	154,061	164,169
Ensino	51,494	48,638	47,299	112,576	201,237	195,960
Total	1,283,240	1,221,420	1,250,647	1,284,419	1,531,336	1,670,659

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais

TABELA 14
Nordeste: Pessoas Ocupadas nas Atividades Comerciais e nos Serviços - 1986-96
(1986=100)

Atividades	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Comercio Varejista	100	102	101	104	101	93	88	88	97	113	119
Comercio Atacadista	100	103	103	106	106	103	96	98	119	118	129
Instituições Financeira	100	98	103	107	98	90	81	85	82	72	66
Adm. Tec. Profissional	100	108	111	116	111	110	105	112	97	125	134
Tranp. E Comunicações	100	114	103	107	88	93	85	85	113	128	132
Alojamento Comunitário	100	110	112	110	103	102	98	98	57	66	74
Med.Odont e Veterinaria	100	113	122	134	157	177	196	218	322	365	388
Ensino	100	111	115	114	117	122	115	112	267	477	464
TOTAL	100	106	107	109	104	102	97	99	102	121	128

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

TABELA15
Nordeste: Pessoas Ocupadas nas Atividades Comerciais e nos Serviços - 1986-96
(%)

Atividades	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Comercio Varejista	27	26	25	26	26	25	25	24	26	25	25
Comercio Atacadista	5	5	5	5	6	5	5	5	6	5	5
Instituições Financeira	9	8	9	9	8	8	7	8	7	5	5
Adm. Tec. Profissional	14	14	15	15	15	15	15	16	14	15	15
Tranp. E Comunicações	12	13	11	12	10	11	10	10	13	13	12
Alojamento Comunitário	26	27	27	26	26	26	26	26	14	14	15
Med.Odont e Veterinaria	3	4	4	4	5	6	7	7	11	10	10
Ensino	3	3	4	3	4	4	4	4	9	13	12
TOTAL	100	100	100	100	100	10025	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

No entanto, no quadro dessas tendências mais gerais, ocorrem várias situações, com alguns segmentos expandindo-se significativamente os seus níveis de emprego entre os anos extremos da série e outros registrando declínio relevante na absorção da força de trabalho.

Neste último caso, de declínio do nível de emprego destacam-se as instituições financeiras. Estas, perdem entre 1986 e 1996 cerca de 37,9 mil pessoas, o que equivale a cerca de 34% do total das pessoas ocupadas registradas em 1986 (tabelas 13 e 14). Essa diminuição está associada a processos mais gerais vividos pelas instituições financeiras em todo país que há décadas vem reduzindo o contingente empregado. As políticas de racionalização e modernização do sistema financeiro, com novos produtos e novas técnicas de gerenciamento, a disseminação da automação e dos investimentos em telecomunicações, a terceirização de algumas atividades estão entre os determinantes mais referidos pelos estudiosos (Cerqueira e Amorim, 1997). No entanto, mais recentemente, deve-se fazer referência ao processo de fusão ocorrida sobretudo após a estabilização, quando alguns bancos que perderam os ganhos fáceis associados ao processo inflacionário, e ao fechamento, encolhimento ou privatização de bancos estatais, que, no geral, tem sido

acompanhada pela redução do contingente de pessoas ocupadas. No caso nordestino, as instituições financeiras que, no conjunto das atividades comerciais e dos serviços que aqui estão sendo consideradas, representavam cerca de 9% em 1986 alcançam apenas 5% no último ano (1996). Note-se que as instituições financeiras localizadas no Nordeste puderam, até 1989 pelo menos, sustentar o nível de ocupação da sua força de trabalho. Neste particular, elas seguiram a trajetória geral das demais atividades, com a diferença de não registrarem, nos anos seguintes, sobretudo na fase posterior a 1993-94, a recuperação do nível de emprego que a maioria dos segmentos produtivos organizados apresentou.

Com uma trajetória oposta, outras atividades, de acordo com as tabelas 13, 14 e 15, mostram o dinamismo no que se refere ao nível de emprego: atividades voltadas para o ensino e para a prestação de serviços vinculados à medicina, odontologia e veterinária. No primeiro caso, as unidades de produção de serviços voltadas para o ensino, o seu contingente de emprego mais que quadruplicou (foi, mais exatamente, multiplicado por 4,6 quando se consideram os anos extremos da série de anos) e sua participação passou de 3% para 12%. O outro segmento, vinculado a prestação de serviços médicos, odontológicos e de veterinária teve uma expansão que se traduziu na multiplicação do seu nível de emprego por 3,9, passando sua participação de 3% em 1986 para 10% em 1996. Vale um exame mais detido a respeito dessas atividades.

Com expansão mais moderada, as atividades comerciais (varejista e atacado) e as de transporte e comunicações registram expansão na comparação dos anos iniciais com os anos finais da série, não sem antes reduzirem o nível de emprego nos primeiros anos da década de 90, quando a desastrada política de estabilização da administração de Collor reduziu, praticamente, todas as atividades produtivas organizadas e seus níveis de emprego.

No balanço geral, essas atividades comerciais e dos serviços, entre 1986 e 1989 registram o aumento do contingente empregado (de 1.261,9 mil para 1.379,4 mil), apresenta um declínio significativo entre este último ano e 1993 (1.250,6 mil) para em

seguida, já sob os efeitos positivos da etapa inicial do Plano Real (antes dos efeitos negativos das medidas restritivas para conter uma demanda crescente, de 1995 e 1996), alcançar 1.610,7 mil pessoas empregadas.

5.2. O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO E A QUALIDADE DO EMPREGO

Uma questão relevante no segmento formal ou organizado da economia consiste na análise dos estabelecimentos segundo o tamanho, da perspectiva da sua capacidade de absorção da força de trabalho. Além disso, considerando-se tal corte, é importante examinar algumas características da qualidade do emprego oferecido, considerando-se aspectos como o da rotatividade, do grau de instrução e do nível de remuneração.

Começando pela evolução do emprego segundo o tamanho do estabelecimento, as tabelas 16, 17 e 18 e o gráfico 4 apresentam informações para uma primeira abordagem.

TABELA 16
Nordeste: Emprego no Setor Organizado Segundo Tamanho do Estabelecimento
1986-95
(Em 1000 pessoas)

Tamanho	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
De 0 a 4	136.4	139.5	144.5	140.3	150.0	159.6	156.4	167.7	180.6	219.8
De 5 a 19	318.0	336.1	337.3	339.3	352.0	347.1	335.6	357.0	382.1	434.6
De 20 a 99	541.6	567.7	566.0	573.8	560.1	540.7	523.5	551.5	566.6	610.6
De 100 a 499	810.3	838.3	851.9	859.3	820.5	828.3	794.1	833.2	835.6	864.5
De 500 a 999	405.0	419.3	436.0	429.7	400.8	433.3	391.4	417.3	418.0	378.5
1000 ou mais	1.278.7	1.355.1	1.441.0	1.390.6	1.387.4	1.355.0	1.267.7	1.271.4	1.279.7	1.346.1
TOTAL	3.490.1	3.656.1	3.746.7	3.733.1	3.670.9	3.664.0	3.468.7	3.598.1	3.662.6	3.854.1

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais.

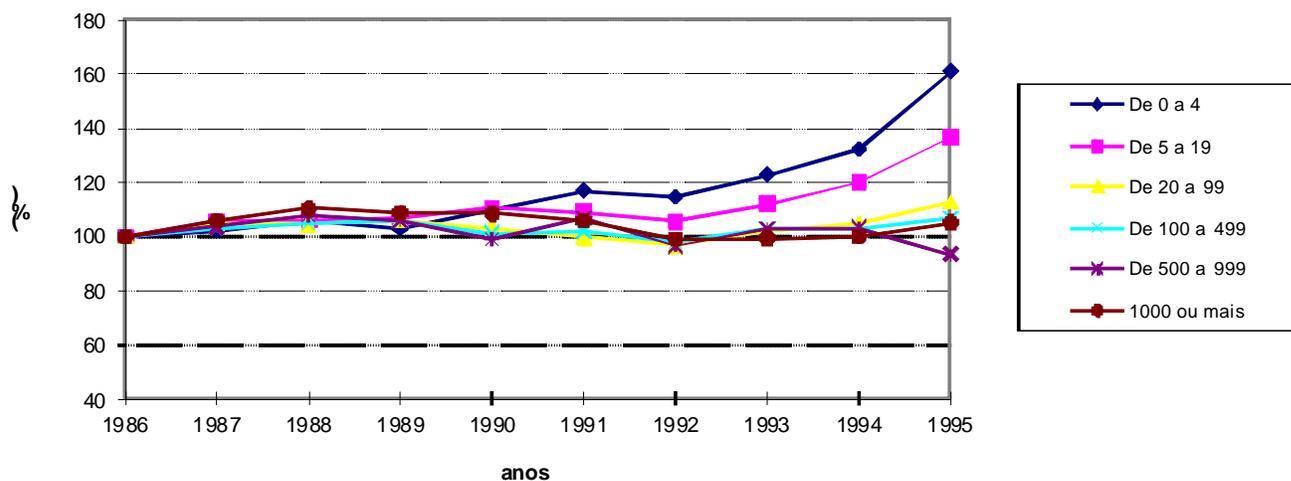
TABELA 17
Nordeste: Emprego no Setor Organizado Segundo Tamanho do Estabelecimento
1986-95
(1986=100)

Tamanho	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
De 0 a 4	100	102	106	103	110	117	115	123	132	161
De 5 a 19	100	106	106	107	111	109	106	112	120	137
De 20 a 99	100	105	105	106	103	100	97	102	105	113
De 100 a 499	100	103	105	106	101	102	98	103	103	107
De 500 a 999	100	104	108	106	99	107	97	103	103	93
1000 ou mais	100	106	110	109	109	106	99	99	100	105
TOTAL	100	105	107	107	105	105	99	103	105	110

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

GRÁFICO 4

Nordeste: Nível de Emprego Segundo Tamanho dos Estabelecimentos (1986=100)



Fonte: Ministério do Trabalho - Rais

TABELA 18
Nordeste: Emprego no Setor Organizado Segundo
Tamanho dos Estabelecimentos - 1986-95
(%)

Tamanho	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
De 0 a 4	3.9	3.8	3.9	3.8	4.1	4.4	4.5	4.7	4.9	5.7
De 5 a 19	9.1	9.2	9.0	9.1	9.6	9.5	9.7	9.9	10.4	11.3
De 20 a 99	15.5	15.5	15.1	15.4	15.3	14.8	15.1	15.3	15.5	15.8
De 100 a 499	23.2	22.9	22.7	23.0	22.4	22.6	22.9	23.2	22.8	22.4
De 500 a 999	11.6	11.5	11.6	11.5	10.9	11.8	11.3	11.6	11.4	9.8
1000 ou mais	36.6	37.1	37.7	37.3	37.8	37.0	36.5	35.3	34.9	34.9
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais.

As informações mostram com clareza que enquanto os estabelecimentos de pequeno porte - os micros (de 0 a 19 pessoas) e pequenos estabelecimentos (de 20 a 99 pessoas) - registram um crescimento do emprego maior que a média dos estabelecimentos, os médios e grandes apresentam um crescimento do nível de emprego abaixo da média. Em síntese, são os estabelecimentos de pequeno porte que tem sustentado o nível de emprego nesta fase. De fato, de acordo com os índices da tabela 17 (o que pode ser visualizado no gráfico 4) nos anos considerados o emprego nos estabelecimentos de 0 a 4 empregados expandiu 61% (isto é 5,4% ao ano), nos de 5 a 19 o crescimento entre 1986 e 1995 foi de 37% (3,6% ao ano) e nos de 20 a 99 de 13% (1,4% ao ano). Os estabelecimentos maiores (de 100 a 499, de 500 a 999 e de mais de 1000 registraram uma expansão menor que os 10% da média (Tabela 17).

Explorando um pouco mais os valores absolutos do nível de emprego, levando em conta os anos extremos da série considerada, o que se pode assinalar é que o micro estabelecimento (0 a 19 pessoas) contribuiu, entre 1986 e 1995, com um acréscimo de 200 mil pessoas e o pequeno estabelecimento (de 20 a 99 pessoas) com 69 mil. A soma desses

aumentos no contingente empregado representou 73,9% do total do aumento líquido do conjunto dos setores, que foi de 364 mil pessoas. Note-se que os micros e pequenos estabelecimentos (de 0 a 99 pessoas) representavam, no ano inicial, apenas 28,5% do total de empregos (tabela 16 e 18). Em contrapartida, os médios e grandes estabelecimentos (de 100 pessoas a mais) que representavam, em 1986, no total de empregos registrado, cerca de 71,5% foram os responsáveis pelo aumento líquido do emprego no período 1986-95 de cerca de 95 mil pessoas, ou seja, 26,1% do total desse acréscimo. Fica, portanto, patente os estabelecimento que constituíram, no período, a fonte de geração de empregos adicionais.

A tabela 18 mostra a evolução da participação dos estabelecimentos de diferentes tamanhos com o decorrer do tempo. Somente aquelas classes de estabelecimentos que podem ser consideradas como integrantes do que se convencionou chamar micro e pequenos estabelecimentos registram aumentos na participação relativa.

Cabem algumas considerações a respeito da trajetória do emprego nos distintos estabelecimentos, levando em conta o comportamento ano a ano. O gráfico 4 auxilia o exame, neste particular. Entre outros, os pontos importantes que merecem ser destacados são os seguintes:

- a) há uma trajetória convergente de todos os tipos de estabelecimentos entre 1986 e 1989: a maior parte das classes consideradas de estabelecimentos registram uma suave trajetória ascendente até este último ano; neste sub-período, considerando-se todos os anos, o nível de emprego expande-se a 7% (ou 2,3% ao ano);
- b) a partir de 1989 a trajetória é divergente, com os micro estabelecimentos de 0 a 4 e de 5 a 19 pessoas expandindo intensamente o seu nível de emprego (observar os valores constantes da tabela 17) e os demais, inclusive os de pequeno porte (de 20 a 99), com um pequeno aumento, com o emprego estabilizado ou registrando um pequeno declínio;

- c) o grupo de pequeno estabelecimento (de 20 a 99 pessoas), depois de 1989 apresenta um declínio até 1992; a partir desse ano passa a registrar um aumento do nível de emprego;
- d) a grande arrancada dos micros estabelecimentos (de 0 a 4 e de 5 a 19), no que se refere à absorção do nível de emprego, ocorre a partir de 1992 quando então se distanciam cada vez mais dos demais grupos de estabelecimentos.

O que é importante considerar é que no momento em que a economia, em seu conjunto, passa a apresentar um menor crescimento e uma grave crise no início dos anos 90, pelas razões anteriormente apresentadas, os micros estabelecimentos encontram, a partir de 1992 um espaço de expansão, o que permite, à economia formal regional, em seu conjunto, sustentar um nível de ocupação até pelo menos o último ano da série. É sabido que a partir daí, notadamente em 1996-97, a atividade econômica passa por momentos mais difíceis em razão das políticas de contenção da demanda que, na interpretação das autoridades econômicas, colocavam a risco a estabilidade conseguida através do Plano Real. E, ademais, que esta situação se torna pior no ano seguinte (1998), com o agravamento da fragilidade da economia nacional - em razão de sucessivas medidas macroeconômicas de contenção de demanda, de continuidade da sobrevalorização cambial e de aumento da dependência aos capitais externos - num contexto internacional de instabilidade e aumento da volatilidade dos capitais especulativos, dos quais o país se tornou, gradativamente, mais dependente para garantir a estabilidade de sua moeda. É importante investigar, se neste novo e mais recente contexto, o desempenho do micro estabelecimento mudou relativamente ao período aqui analisado. De qualquer modo cabe o registro do papel que este segmento teve na geração de emprego.

Isto posto, cabe explorar um pouco mais qual a natureza ou a *qualidade* do emprego gerado na economia organizada da região, segundo o tamanho do estabelecimento. O que pode ser feito a partir de exame de algumas das dimensões do emprego: o nível de remuneração, o grau de instrução dos trabalhadores e a questão da rotatividade.

Começando pelo nível de remuneração relativa referido à média do total do emprego, o que os dados mostram, com clareza, é que a remuneração média paga pelos micros estabelecimentos não só é bem menor que a média, como era de se esperar, como vem registrando um declínio relativo com o decorrer do tempo, sobretudo as que se situam no nível de até 4 pessoas empregadas. A tabela 19 evidencia a posição relativa dos salários no período analisado.

TABELA 19
Nordeste: Remuneração Média Relativa das Pessoas Ocupadas Segundo Tamanho dos Estabelecimentos
1986-95

Tamanho	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
De 0 a 4	50	42	44	45	39	37	50	46	41	45
De 5 a 19	74	66	70	78	74	75	85	80	72	71
De 20 a 99	93	87	92	101	99	103	107	105	92	96
De 100 a 499	93	88	87	96	93	92	105	100	117	102
De 500 a 999	96	93	94	104	98	91	95	91	115	100
1000 ou mais	120	129	126	111	118	121	106	113	104	119
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais

Algumas outras constatações podem ser assinaladas a partir dos dados da referida tabela. Antes é importante considerar que estão sendo analisadas informações sobre as remunerações médias das pessoas de determinados grupos de estabelecimentos, relativamente à remuneração média do conjunto das pessoas ocupadas em todos os estabelecimentos, considerados, em cada ano como igual a 100.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a queda relativa dos níveis de salários pagos nos estabelecimentos de até 4 pessoas, justamente o segmento que mais aumentou o seu nível de emprego neste período. Se no início do período o nível de remuneração chegou a representar metade do nível médio do total dos estabelecimentos, ele alcançou no final do período cerca de 45% desse nível médio do conjunto. É importante notar que no período

mais crítico a remuneração chegou a ser de 39% e 37% da média geral, respectivamente nos anos 1990 e 1991. Isto sugere, quando se recupera as informações anteriormente apresentadas sobre a dinâmica do emprego segundo tamanho dos estabelecimentos, que o ajustamento desse grupo de estabelecimentos (até 4 pessoas empregadas) ocorreu mais nos níveis de remuneração do que no de ocupação.

Comportamento similar a este teve o outro segmento de micro estabelecimento (de 5 a 19 pessoas): redução do nível de remuneração relativa, quando são comparados os anos extremos da série, embora sem o ajustamento do nível de emprego nos anos mais críticos. Os demais segmentos mantiveram ou aumentaram a sua posição relativa no que se refere aos níveis de remuneração, com oscilações significativas nos anos intermediários, notadamente os primeiros anos da década de 90.

Em resumo, o destaque deve ser dado para os micros estabelecimentos que não só registram um nível de remuneração baixa, relativamente à média do setor organizado, como sua posição relativa piorou com o decorrer dos anos, não obstante o fato de que foi este segmento o que respondeu por uma parcela significativa do emprego adicional gerado nos anos aqui considerados.

Quanto ao grau de instrução, segundo o tamanho dos estabelecimentos, algumas diferenças são perceptíveis em favor do empreendimento de médio e grande porte, sobretudo quando se examina a participação das pessoas de nível superior completo. Neste caso, o destaque é com relação à grande participação que os empregados com este grau de instrução têm nos estabelecimentos de 1.000 ou mais pessoas. Vale examinar com maior profundidade este fato, no entanto é de se admitir que a presença marcante das instituições públicas nesse grupo de estabelecimento, sobretudo as pertencentes aos governos estaduais e ao Governo Federal esteja influenciando nos valores apresentados na tabela 20.

TABELA 20
Nordeste: Grau de Instrução das Pessoas Ocupadas no Setor
Organizado Segundo Tamanho dos Estabelecimentos - 1986-95

Ano 1986 Grau de Instrução	De 0 a 4	De 4 a 19	De 20 a 99	De 100 a 499	De 500 a 999	1000 a mais	Total
Analfabeto	7.0	8.6	6.8	9.8	6.1	11.1	8.4
4º série incompleta	18.6	23.0	25.2	16.2	24.4	13.1	20.1
4º série completa	13.6	13.1	16.4	12.9	17.2	11.3	13.9
8º série incompleta	12.2	10.1	11.1	9.0	11.4	8.1	10.2
8º série completa	12.1	9.1	8.9	10.9	10.2	11.1	10.3
2º grau incompleto	9.3	7.5	5.9	4.8	5.4	4.5	6.3
2º grau completo	18.6	17.9	14.1	21.3	14.1	23.9	18.4
Superior Incompleto	2.6	3.4	2.5	2.5	2.0	2.7	2.6
Superior Completo	3.2	4.8	5.4	9.5	5.2	11.1	6.7
Ignorado	2.8	2.6	3.7	3.3	3.9	3.0	3.2
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Ano 1989 Grau de Instrução	De 0 a 4	De 4 a 19	De 20 a 99	De 100 a 499	De 500 a 999	1000 a mais	Total
Analfabeto	5.9	7.7	6.1	8.7	5.7	9.8	7.5
4º série incompleta	16.6	20.2	21.9	16.4	21.2	14.8	18.7
4º série completa	12.7	13.0	16.7	12.4	16.0	11.2	13.6
8º série incompleta	13.2	11.4	12.3	8.5	11.6	7.4	10.6
8º série completa	13.4	10.3	9.8	11.1	10.8	11.2	11.0
2º grau incompleto	9.9	7.8	6.3	5.3	6.0	5.1	6.7
2º grau completo	20.7	19.5	16.0	21.4	16.3	23.2	19.5
Superior Incompleto	2.3	3.2	2.3	2.3	2.2	2.3	2.4
Superior Completo	3.0	4.9	5.4	11.7	6.4	13.6	7.6
Ignorado	2.3	2.0	3.1	2.1	3.7	1.6	2.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Ano 1995 Grau de Instrução	De 0 a 4	De 4 a 19	De 20 a 99	De 100 a 499	De 500 a 999	1000 a mais	Total
Analfabeto	6.8	6.3	8.0	6.2	6.7	12.1	8.4
4º série incompleta	16.8	16.2	18.4	18.4	15.7	13.8	16.4
4º série completa	9.2	9.7	10.5	12.6	11.2	10.4	10.8
8º série incompleta	12.5	12.4	11.9	13.0	12.9	7.6	11.0
8º série completa	12.6	12.8	10.6	12.1	12.6	12.1	12.0
2º grau incompleto	9.5	9.6	8.1	7.4	7.3	4.6	7.1
2º grau completo	22.8	23.7	20.7	19.7	21.1	22.8	21.7
Superior Incompleto	2.0	2.4	3.3	2.7	3.2	3.2	2.9
Superior Completo	3.0	3.3	6.3	7.0	8.8	13.3	8.1
Ignorado	4.8	3.5	2.2	0.9	0.3	0.1	1.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais.

Merece um destaque, neste particular, o progresso, em todos os grupos de estabelecimentos, na participação dos trabalhadores com melhor nível de instrução, com o decorrer do tempo. Isto é mais perceptível quando se compara, de um ano para outro, os valores registrados no ensino secundário completo e no ensino superior (completo e incompleto). O avanço nos níveis de ensino, de modo mais geral, e, provavelmente, a maior exigência do empregador quanto aos níveis de instrução, num quadro mais geral de um mercado de trabalho muito favorável ao empregador, devem ter influenciado significativamente nestes aspectos.

Mais revelador que estes aspectos anteriormente considerados isoladamente - o nível de salário e o do grau de instrução - é a conjugação desses dois aspectos, considerando-se, ainda, o corte do tamanho dos estabelecimentos.

Ao lado das diferenças de remuneração entre os menores estabelecimentos, de um lado, e os maiores, de outro, já discutidas anteriormente, é revelador, a partir dos dados, o fato de que em cada grau de instrução os menores estabelecimentos sempre apresentam

níveis mais baixos de remuneração. Ou seja, esta prática independe do nível de instrução que se está considerando para cada trabalhador.

Além disso, mais revelador ainda, é o fato de que tais diferenças aumentam, relativamente à comparação entre os micros e pequenos, de uma parte, e os médios e grandes de outra, à medida que aumenta o grau de instrução. Assim, se a diferença entre os trabalhadores analfabetos dos estabelecimentos de até 4 pessoas e a mesma categoria de trabalhadores dos estabelecimentos de 500 a 999, por exemplo, é de 1 para 1,22 em 1986, 1,47 em 1989 e de 0,92 em 1995, quando se considera os trabalhadores com curso superior completo, para esses tipos de estabelecimentos as diferenças, nos respectivos anos passa a ser de 2,65 em 1986, 2,28 em 1989 e 2,15 em 1995, conforme dados da tabela 20.

De outra perspectiva, em 1986, por exemplo, o trabalhador com curso superior incompleto que trabalhava num estabelecimento de até 4 pessoas recebia o equivalente à remuneração que era atribuída ao trabalhador 2º grau incompleto dos estabelecimentos de 500 a 999 pessoas ocupadas. Neste mesmo ano, a pessoa ocupada nesses menores estabelecimentos com curso superior completo recebeu uma remuneração similar à média dos trabalhadores com o 2º grau incompleto dos estabelecimentos de 1.000 pessoas ocupadas e mais.

Outras comparações podem ser feitas a partir dos dados da referida tabela, no entanto, o que foi dito permite algumas constatações importantes. O que fica claro, ao lado da importância que, seguramente tem os níveis educacionais como elementos condicionantes de grande importância na fixação do salário a ser recebido pelo trabalhador, é a *qualificação* que necessita ser feita a este respeito. Assim, a comparação entre os menores e maiores estabelecimentos mostra que embora importante, o nível de instrução não é um determinante que possa ser considerado isoladamente, fora de um contexto maior. Neste contexto maior está certamente a capacidade do empreendimento, de maior ou menor porte, de obter retorno suficiente para remunerar a sua mão-de-obra, está o maior ou menor

poder de barganha ou de organização dos trabalhadores, que pode, inclusive ser diferenciada segundo a dimensão do estabelecimento. Enfim, há todo um conjunto de aspectos que terminam por reduzir a importância e significação que, em geral e sobretudo mais recentemente, tem-se atribuído à educação e aos níveis diferenciados de instrução na determinação dos níveis salariais, por conta do peso teórico que, nestas fases de dificuldades crescentes para absorver produtivamente a força de trabalho, vem tendo a teoria do capital humano.

Isto que se está apresentando aqui, referente ao corte por tamanho de estabelecimento, pode ser seguramente encontrado a partir de outros cortes, muito dos quais considerados anteriormente. O corte por níveis de atividade, o corte regional e sub-regional, o corte de estabelecimentos públicos e privados, além de outros, que poderiam mostrar diferenciais de salários que não decorrem, especificamente, dos níveis de instrução.

Finalmente cabe fazer considerações, a partir do corte por tamanho dos estabelecimentos, a respeito da questão da rotatividade. Para isto algumas observações metodológicas são importantes. Foi utilizado no tratamento das informações da Rais o conceito já adotado por Maria Cristina Cacciamali e Júlio Manuel Pires em trabalho recente (Cacciamali e Pires, 1997). Trata-se do conceito de *taxa de sobrevivência anual* do emprego que é calculada a partir “da relação percentual entre o número total de empregados registrado em 31 de dezembro de cada ano [que são os dados comumente utilizados da Rais] e o número total de vínculos empregatícios firmados durante o ano findo” (Cacciamali e Pires, 1997, p. 99). Os vínculos empregatícios referem-se aos registros em carteira durante todo ano enquanto que o número de empregados diz respeito ao total das pessoas que estavam registradas nos estabelecimentos no último dia de dezembro, que representavam, portanto, os empregos que *sobreviveram* na referido data.

Os dados da tabela 21 mostram que se concentram nos menores estabelecimentos as *taxas de sobrevivência* menores. De fato, enquanto a referida taxa para os estabelecimentos

de até 4 pessoas está em torno de 51,36 (nível mínimo em 1989) e 54,19 (nível máximo em 1986), a média do conjunto dos estabelecimento situa-se em torno de 74,13 (1986) e 76,03 (1989). Para os micros estabelecimentos de até 4 pessoas, do total de vínculos estabelecimentos apenas metade, portanto, é registrado no final do ano. Já no conjunto dos estabelecimentos, permanecem em torno de 70% ou 75% do total dos vínculos estabelecimentos anualmente.

Há, como se pode observar na referida tabela, um aumento gradativo da *taxa de sobrevivência* do emprego à medida que cresce o número dos estabelecimentos. No entanto as diferenças tonam-se mais marcantes quando se considera, de um lado, os micros e pequenos (até 4, de 5 a 19 e de 20 a 99 pessoas ocupadas) e, de outro, os médios e grandes estabelecimentos (de 100 a 499, de 500 a 999 e de 1.000 e mais). O último grupo de estabelecimentos registra uma taxa próxima de 90%, muito alta relativamente à média e aos demais grupos.

TABELA 21
Nordeste: Nível de Remuneração e Grau de Instrução
Segundo Tamanho do Estabelecimento - 1986-95

Ano 1986 Grau de Instrução	Até 4	5 a 19	20 a 99	100 a 499	500 a 999	1000 e +	Total
Analfabeto	45.1	43.8	43.3	45.4	54.9	62.7	52.7
4º série incompleta	48.0	48.9	49.3	50.0	52.4	66.7	53.3
4º série completa	51.8	52.5	60.9	62.8	68.7	83.0	66.7
8º série incompleta	50.6	55.3	65.4	65.8	70.0	97.7	71.7
8º série completa	53.2	67.4	89.0	89.2	88.5	107.6	90.1
2º grau incompleto	58.3	75.7	98.3	99.1	107.8	155.3	105.4
2º grau completo	73.2	110.4	141.3	135.8	143.8	137.7	132.5
Superior Incompleto	107.9	178.1	201.7	205.8	203.9	202.0	197.1
Superior Completo	156.1	224.7	261.3	348.9	413.4	332.5	324.8
TOTAL	58.6	74.6	90.5	91.6	98.7	128.4	100

Ano 1989 Grau de Instrução	Até 4	5 a 19	20 a 99	100 a 499	500 a 999	1000 e +	Total
Analfabeto	40.8	51.3	46.8	45.5	59.9	53.1	50.3
4º série incompleta	44.5	47.5	48.6	49.7	47.6	56.2	50.3

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

4º série completa	48.7	46.2	54.9	62.8	60.2	76.5	62.4
8º série incompleta	46.9	48.7	58.3	64.7	65.6	92.9	66.7
8º série incompleta	50.6	85.3	106.1	94.4	96.4	121.8	101.3
2º grau incompleto	51.4	75.3	101.0	101.4	120.0	154.6	107.9
2º grau completo	66.3	101.9	149.0	136.8	155.2	121.1	127.3
Superior Incompleto	121.9	217.3	240.4	230.2	237.9	183.4	214.0
Superior Completo	180.6	253.8	288.2	351.3	411.5	261.3	292.1
TOTAL	55.5	76.8	97.6	94.9	106.6	188.3	100.0

Ano 1995 Grau de Instrução	Até 4	5 a 19	20 a 99	100 a 499	500 a 999	1000 e +	Total
Analfabeto	39.5	42.7	45.1	49.6	36.5	59.0	50.6
4º série incompleta	45.6	45.5	50.2	51.9	40.7	59.2	51.1
4º série completa	47.8	50.4	59.5	64.9	53.8	80.0	64.4
8º série incompleta	47.9	49.7	61.1	67.4	64.7	79.2	64.0
8º série incompleta	56.0	73.2	89.9	91.0	73.7	93.6	84.6
2º grau incompleto	62.8	115.3	135.7	128.1	85.2	131.3	117.1
2º grau completo	65.8	92.9	120.3	120.8	108.8	118.4	110.3
Superior Incompleto	97.2	153.0	190.1	232.8	237.7	215.0	202.6
Superior Completo	172.0	236.4	249.7	351.9	370.0	291.8	298.7
TOTAL	58.0	77.1	95.1	105.1	102.1	119.8	100.0

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais

Observação: média da remuneração do total dos estabelecimentos em cada ano igual a 100.

TABELA 21
Nordeste: Taxa de Sobrevivência do Emprego
Segundo Tamanho do Estabelecimento - 1986-95

Tamanho	1986	1989	1995
De 0 a 4	54.19	51,36	52.18
De 5 a 19	67.22	68.82	66.24
De 20 a 99	64.79	67.73	65.77
De 100 a 499	69.17	71.02	74.49
De 500 a 999	75.63	79.97	82.84
1000 ou mais	88.78	89.71	87.61
TOTAL	74.13	86.03	74.70

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais.

O caso específico da empresa de maior porte (de 1.000 e mais), que se diferencia dos demais grupos, está, sem dúvida, associado ao fato de que predominam, neste nível, as instituições vinculadas ao setor público (administração central, estatais e autarquias) no

As grandes tendências da economia do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas

qual há uma grande estabilidade dos empregos, comparativamente com os estabelecimentos do setor privado. Uma análise mais detalhada deverá fazer a separação, neste particular, entre os estabelecimentos do setor público e do setor privado.

Cabe aqui reunir aspectos que foram tratados separadamente, mas que são importantes para caracterizar o segmento de micro e pequeno estabelecimento na sua demanda de trabalho. Principalmente pelo fato de que ele representa, no conjunto do setor organizado, como se fez referência, um segmento muito importante na absorção de força de trabalho neste período mais recente. O que se deve considerar é que a grande contribuição dos pequenos e micros estabelecimentos, neste particular, ocorreu através da criação de postos de trabalho entre os quais tem uma participação relevante o emprego formal de menor remuneração - comparativamente com os estabelecimentos de maior porte - que se difunde, como se constatou em todas as categorias de trabalhadores segundo o grau de instrução e, ademais, através da criação de postos de trabalho de grande rotatividade, ou seja, com *taxas de sobrevivência* muito baixas. Em resumo, o emprego prevalecente nos estabelecimentos de menor porte, que foram os que mais contribuíram, no setor organizado, para a maior geração de emprego neste período crítico mais recente, foi um emprego de menor remuneração e de bem maior instabilidade que aquele dos demais estabelecimentos.

Esta constatação deve ser agregada a outra, referida no início, para que se tenha uma visão, por inteiro, do mercado de trabalho regional: a de que no conjunto dos segmentos que compõem o mercado de trabalho nordestino, ocorreu, sobretudo nos anos recentes, um processo de informalização ou precarização do mercado de trabalho, com a crescente participação de trabalhadores conta própria, assalariados sem carteira assinada ou vinculados a estabelecimentos não formalizados no conjunto das pessoas ocupadas na região. Isto significa dizer que vem ocorrendo no Nordeste - provavelmente no país em seu conjunto - diante da incapacidade de contratação da força de trabalho através de relações formais e institucionalizadas, um processo através do qual parcela cada vez maior da força

de trabalho se abriga do desemprego em segmentos informais, não institucionalizados ou em relações precárias de trabalho assalariado.

Além disso - e agora reunindo outro processo assinalado para o setor organizado - o emprego gerado nos estabelecimentos legalmente constituídos, como se assinalou a pouco, é um emprego no qual os segmentos que mais vêm absorvendo mão-de-obra se caracterizam por menor nível de remuneração e menor estabilidade no trabalho.

Recuando um pouco na análise aqui realizada, não se poderia, de fato, esperar avanços no mercado de trabalho, quanto à melhoria nas relações de trabalho e no regime salarial, no contexto em que a economia regional, a exemplo do que ocorreu no país, se desacelerou e, em conseqüência, perdeu a capacidade que vinha tendo anteriormente, desde os anos 60, de avançar no assalariamento e na geração de empregos no setor organizado da economia. A crise e a instabilidade que se traduz, esta última, em pequenos avanços e recuos da economia desde o início dos anos 80, não têm garantido à economia a criação de postos de trabalho suficientes para a força de trabalho regional. Agregue-se a isto, a reestruturação produtiva e o acirramento da competição internacional em alguns segmentos locais, em decorrência da abertura econômica e das condições desfavoráveis de competição do produtor regional e nacional face as políticas macroeconômicas que, com freqüência, se traduzem em taxas altas de juros e cortes em investimentos governamentais que poderiam, se realizados sobretudo, em infra-estrutura, melhorar a posição relativa das empresas diante da entrada crescente de produtos importados. As reações mais recentes de enxugamento de empresas, de dispensa de trabalhadores, de adoção de processos produtivos poupadores de mão-de-obra somente têm agravado a situação do mercado de trabalho, da perspectiva dos trabalhadores.

No caso do Nordeste cabe, ainda, considerar o fato de que a economia regional deveu parte expressiva do seu crescimento recente à ação governamental, através de múltiplos estímulos e ações. O papel dos incentivos fiscais e financeiros da política

regional de desenvolvimento; os empréstimos dos bancos oficiais; os investimentos realizados em infraestrutura de transportes, comunicações e energia elétrica; a ação de empreendimentos estatais sobretudo, na área da química e petroquímica foram ações que explicam grande parte da dinâmica regional e a redução, durante um curto período de tempo das desigualdades regionais. A redução significativa da presença do setor público, conforme se assinalou no início, que, certamente ocorreu em todas as regiões, alcançou mais fortemente as regiões e estados nos quais a dependência do seu dinamismo econômico é maior relativamente aos programas governamentais e à ação e capacidade de articulação das empresas estatais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os dados analisados indicam que em relação à dinâmica econômica no Nordeste em termos gerais cabe destacar que os anos 80 e 90, comparativamente com as décadas anteriores, se caracterizam por uma desaceleração da economia regional. Esta, na década de 70, por exemplo, acompanhou de perto a economia brasileira, que como se sabe, registrou uma das maiores taxas de crescimento na década, tanto durante a fase expansiva do ciclo econômico, a do “milagre econômico”, como na fase da desaceleração na segunda metade dos anos 70.

Quando se analisa os dados do produto interno verifica-se que se entre 1970 e 1980 a taxa de expansão do produto interno total foi de 8,6% ao ano para o Brasil em seu conjunto (6% do produto por habitante), para o Nordeste a taxa registrada para o produto interno total foi 8,7% ao ano e a de expansão do produto per capital foi mais do que a do país (6,5%). Vale o registro de que tendo crescido menos na primeira metade da década que o Brasil, o Nordeste registra uma desaceleração menor na sua segunda metade, do que resulta, em média, um crescimento similar, no conjunto dos anos considerados.

Entretanto, este dinamismo não teve prosseguimento nos anos 80, tanto no país como na região. A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, associada ao grande endividamento externo que foi amplamente utilizada para financiar parte dos investimentos que garantiram o dinamismo na segunda metade dos anos 70, está, juntamente com outros fatores, associados à desaceleração que a economia brasileira passa a viver a partir da década seguinte.

O olhar sobre a economia do Nordeste aponta que num exame dos traços mais gerais da evolução setorial da economia regional, fica patente a vulnerabilidade do setor agrícola, comparativamente aos demais setores. Os dados da SUDENE a respeito do produto da agropecuária nordestina mostram a instabilidade do nível de produção que

reflete esta vulnerabilidade e a sua incapacidade de contribuir, significativamente, para absorção da força de trabalho da região. Agregue-se a isto a perda de posição relativa do setor no produto regional.

Nesse contexto, ao analisar a economia do Nordeste, verifica-se que as taxas anuais de crescimento do setor agropecuário nordestino revelam não só a grande frequência de taxas anuais negativas do produto como o fato de que tais taxas são extremamente significativas. Assim, em anos de grande seca, como em 1970 o declínio registrado foi de -17,5% no produto interno do setor. Em 1983, por exemplo, seu declínio foi de -29,7%, em 1987 de -17%, em 1990 de -11,7%, em 1993 de -29,7%. Disto resulta um permanente esforço de restauração do nível de produção do setor que, em consequência, expande-se menos que os demais. Neste particular, se entre 1960 e 1996 o setor agropecuário nordestino conseguiu duplicar o seu nível de produção, o setor industrial multiplicou o seu produto por 6,6 vezes e o setor dos serviços por 9,1. Daí resulta que o produto interno bruto do setor agropecuário que participava com 30,5% do total em 1960 alcança a participação de 12,4% em 1996, de acordo com dados preliminares da SUDENE.

Vale destacar da análise do movimento do produto e do emprego, que as duas variáveis analisadas na região - produto e emprego total - não foram influenciadas, nos anos considerados, apenas pelos sucessivos planos de estabilização. O processo inflacionário intenso, em vários momentos beirando a hiperinflação, o processo de abertura econômica e o impacto da concorrência dela decorrente, além de ocorrência de secas que distingue o comportamento da economia nordestina do restante das economias regionais do país, estão presentes nessa década e meia na região.

Quando se analisa o movimento do emprego e da produção no Nordeste, verifica-se ainda que no período que vai de 1979 a 1996, a produtividade praticamente não cresceu na economia nordestina (taxa de 0,59% ano), uma vez que ao crescimento anual de 3,1% do

produto correspondeu o crescimento de 2,5% ao ano do emprego⁹. Os anos 80 revelam, neste período total de quase estagnação (1979-96), um relativo dinamismo da economia (crescimento de 4,2%) o que possibilita um crescimento de 1,66% da produtividade por ano, três vezes maior que a medíocre taxa de produtividade do total dos anos considerados.

Já na fase seguinte (1989-95), o que se constata é um crescimento extremamente reduzido do produto de aproximadamente 1,1% ao ano que, confrontado com uma expansão anual do nível de emprego de 3,6%, dá lugar a um decréscimo da produtividade a uma taxa anual de -2,41% ao ano; essa, como se assinalou anteriormente, é a fase mais crítica do período que associa uma desastrosa experiência de estabilização, com uma abrupta abertura econômica e a retomada de um intenso processo inflacionário, somente estancada a partir de 1994, com o plano real. Enquanto que na passagem do ano 1995 para o de 1996 mostra o inusitado de um crescimento da produtividade de 7,91% ao ano que decorreu muito mais de um decréscimo do emprego de cerca de -3,9% do que de um crescimento do produto (3,7%).

Na análise realizada nas décadas focadas nesse estudo sobre o processo de informalização no Nordeste, verifica-se que nos anos 80 e na primeira metade dos anos 90, o que se assistiu foi a uma deterioração do mercado de trabalho no qual as oportunidades de emprego adicionais ocorreram, predominantemente, através da criação de empregos informais. De fato, comparando-se os totais de 1979 com os de 1995 constata-se que da absorção de 5,4 milhões, o que sem dúvida é um desempenho significativo em uma década e meia de dificuldades econômicas, cerca de um milhão, apenas, nesses mais de 15 anos, ou seja, 19,7% correspondeu ao aumento desses empregos no setor formal, o que não é uma *performance* que possa ser considerada digna de elogios.

⁹ Quando se considera a mesma relação para a década de 70, o produto apresentou uma taxa anual de 8,7% e a população economicamente ativa, registrada pelos censos demográficos, uma taxa de crescimento do

Ainda em relação à informalização, os dados analisados indicam que a participação do emprego formal urbano que, em 1979, era de 43,6% passa para 32,2% em 1995. Além disso, mostra, como se assinalou, que a contribuição do emprego formal neste aumento do número de pessoas empregadas, quando são confrontados os anos extremos, foi menor que 1/5 do total dos empregos criados. Se tal exercício fosse feito para os anos 90 (1989-95, por exemplo) a contribuição do setor formal urbano na criação de postos de trabalho teria sido nula.

Em síntese, pode-se afirmar que ao lado de uma ampliação do segmento informal na economia nordestina (e nacional) é provável que se esteja assistindo à consolidação de formas de relação e subordinação das atividades informais e da precarização das relações de trabalho, presentes anteriormente, mas que, no momento, passam a ser pontos centrais da estratégia das empresas do setor organizado.

A análise do comportamento dos setores econômicos no Nordeste aponta que como tem acontecido em muitas economias, inclusive a brasileira e a das demais regiões do país, é o setor terciário que se apresenta como o segmento prioritário na geração de empregos na região. No caso nordestino, de 1979 a 1996, de acordo com os dados da Pnad, ele mais que duplica o contingente empregado: de 3,9 milhões em 1979 alcança 8,7 milhões de pessoas no último ano referido (1996). O que não ocorre com o setor secundário, aí incluídas as atividades da indústria de transformação, da construção civil e de outras atividades industriais. Neste caso o nível de emprego evolui de 1,9 milhão em 1979 para 2,5 milhões em 1996. Quanto ao setor agropecuário, o contingente empregado aumentou num ritmo muito reduzido: de 6,6 milhões para 7,8 milhões. Expresso em termos de crescimento anual, o emprego no setor terciário expandiu-se no período 1979-96 a uma taxa de 4,8% ao ano, no setor secundário a 1,6% e no primário (agropecuário) a uma taxa de apenas 1,0%.

3,2% ao ano, do que decorre um aumento da produtividade, na concepção anteriormente considerada, de 5,3%, bem maior que o dos anos 1979-96, como se fez referência, de apenas 0,59% ao ano.

No olhar sobre a trajetória dos setores econômicos no que diz respeito ao movimento do emprego começando pelas atividades industriais, cabe o registro inicial de que, somando-se a indústria extrativa mineral com a indústria de transformação, o Nordeste perdeu, entre 1986 e 1996 cerca de 71,3 mil empregos industriais, neste segmento organizado da economia, o que significou cerca de 11,4% do nível de ocupação industrial existente em 1986.

Com expansão mais moderada, as atividades comerciais (varejista e atacado) e as de transporte e comunicações registram expansão na comparação dos anos iniciais com os anos finais da série, não sem antes reduzirem o nível de emprego nos primeiros anos da década de 90, quando a desastrosa política de estabilização da administração de Collor reduziu, praticamente, todas as atividades produtivas organizadas e seus níveis de emprego.

No balanço geral, essas atividades comerciais e dos serviços, entre 1986 e 1989 registram o aumento do contingente empregado (de 1.261,9 mil para 1.379,4 mil), apresenta um declínio significativo entre este último ano e 1993 (1.250,6 mil) para em seguida, já sob os efeitos positivos da etapa inicial do Plano Real (antes dos efeitos negativos das medidas restritivas para conter uma demanda crescente, de 1995 e 1996), alcançar 1.610,7 mil pessoas empregadas.

Tão importante, quanto compreender o comportamento do emprego no Nordeste, a partir dos setores econômicos é olhar para o desempenho do emprego a partir do tamanho dos estabelecimentos, analisando a atuação dos micros estabelecimentos. No que diz respeito à economia local, o que se deve considerar é a grande contribuição dos pequenos e micros estabelecimentos, neste particular, ocorreu através da criação de postos de trabalho entre os quais tem uma participação relevante o emprego formal de menor remuneração - comparativamente com os estabelecimentos de maior porte - que se difunde, como se constatou em todas as categorias de trabalhadores segundo o grau de instrução e, ademais, através da criação de postos de trabalho de grande rotatividade, ou seja, com *taxas de*

sobrevivência muito baixas. Em resumo, o emprego prevalecente nos estabelecimentos de menor porte, que foram os que mais contribuíram, no setor organizado, para a maior geração de emprego neste período crítico mais recente, foi um emprego de menor remuneração e de bem maior instabilidade que aquele dos demais estabelecimentos

Nesse sentido, verifica-se no período investigado, no Nordeste que no momento em que a economia, em seu conjunto, passa a apresentar um menor crescimento e uma grave crise no início dos anos 90, pelas razões anteriormente apresentadas, os micros estabelecimentos encontram, a partir de 1992, um espaço de expansão, o que permite, à economia formal regional, em seu conjunto, sustentar um nível de ocupação até pelo menos o último ano da série. É sabido que a partir daí, notadamente em 1996-97, a atividade econômica passa por momentos mais difíceis em razão das políticas de contenção da demanda que na interpretação das autoridades econômicas colocavam a risco a estabilidade conseguida através do Plano Real.

Em síntese, quando se analisa a economia local, a partir de um olhar sobre a atuação dos setores econômicos no período verifica-se na economia nacional e na economia regional, uma grande instabilidade econômica que se traduz na presença de ciclos econômicos de pequena duração, que no caso regional registra uma pequena fase ascendente de 1986 a 1989, uma fase descendente de 1989 a 1994, seguido de uma outra expansiva que abrange 1996 e 1997 e que, provavelmente, vai desembocar em um fase recessiva neste final dos anos 90 (1997-99). É importante considerar que no caso regional e nacional, neste período, o movimento da economia ocorre muito mais associado às políticas macroeconômicas adotadas (ortodoxas ou heterodoxas), estritamente vinculadas à estabilização (Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Collor e Plano Real), do que de um processo de acumulação do qual decorresse a construção de uma base produtiva, como durante os anos 50, 60 e 70, com os movimentos cíclicos de médio prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cacciamali, Maria Cristina. Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. IPE. USP. São Paulo. 1983.

_____ e **Pires**, Júlio Manuel. Perspectivas das Micro e Pequenas Empresas Ante o Contexto Atual da Economia Mundial e Brasileira. In: Estudos Econômicos. V. 27, N. Especial. 1997.

Carleial, Liana; **Valle**, Rogério (organizadores). Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo. Hucitec-Abet. 1997.

Carvalho, Otamar de - A Economia Política do Nordeste - Secas, Irrigação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

_____. Avaliação dos Programas Regionais. SEPLAN-PR e IICA. Brasília. 1994. (Versão Preliminar).

_____ (coordenador). Variabilidade Climática e Planejamento da Ação Governamental no Nordeste Semiárido - Avaliação da Seca de 1993. SEPLAN - IICA. Brasília. 1994.

Cerqueira, Hugo E. A. da Gama; **Amorim**, Wilson A . Costa de. Evolução e Características do Setor Bancário. In: **Carleial**, Liana; **Valle**, Rogério (organizadores). Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo. Hucitec-Abet. 1997.

Dedecca, Cláudio Salvadori e **Baltar**, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. In: Estudos Econômicos. V. 27 N. Especial. 1997.

Pires, Elson Luciano Silva. Crise Econômica, Reestruturação Produtiva e Emprego: Transformações nas Montadoras da Indústria Automobilística no Brasil. In: **Carleial**, Liana;

Valle, Rogério (organizadores). Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo. Hucitec-Abet. 1997.

Oliveira, Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira; **Guimarães Neto**, Leonardo. Emprego Organizado e Regiões nos Anos 90: Quem Perdeu Mais ? In: Estudos Econômicos. São Paulo. V. 27. N. Especial. 1997.